

# Acção Socialista

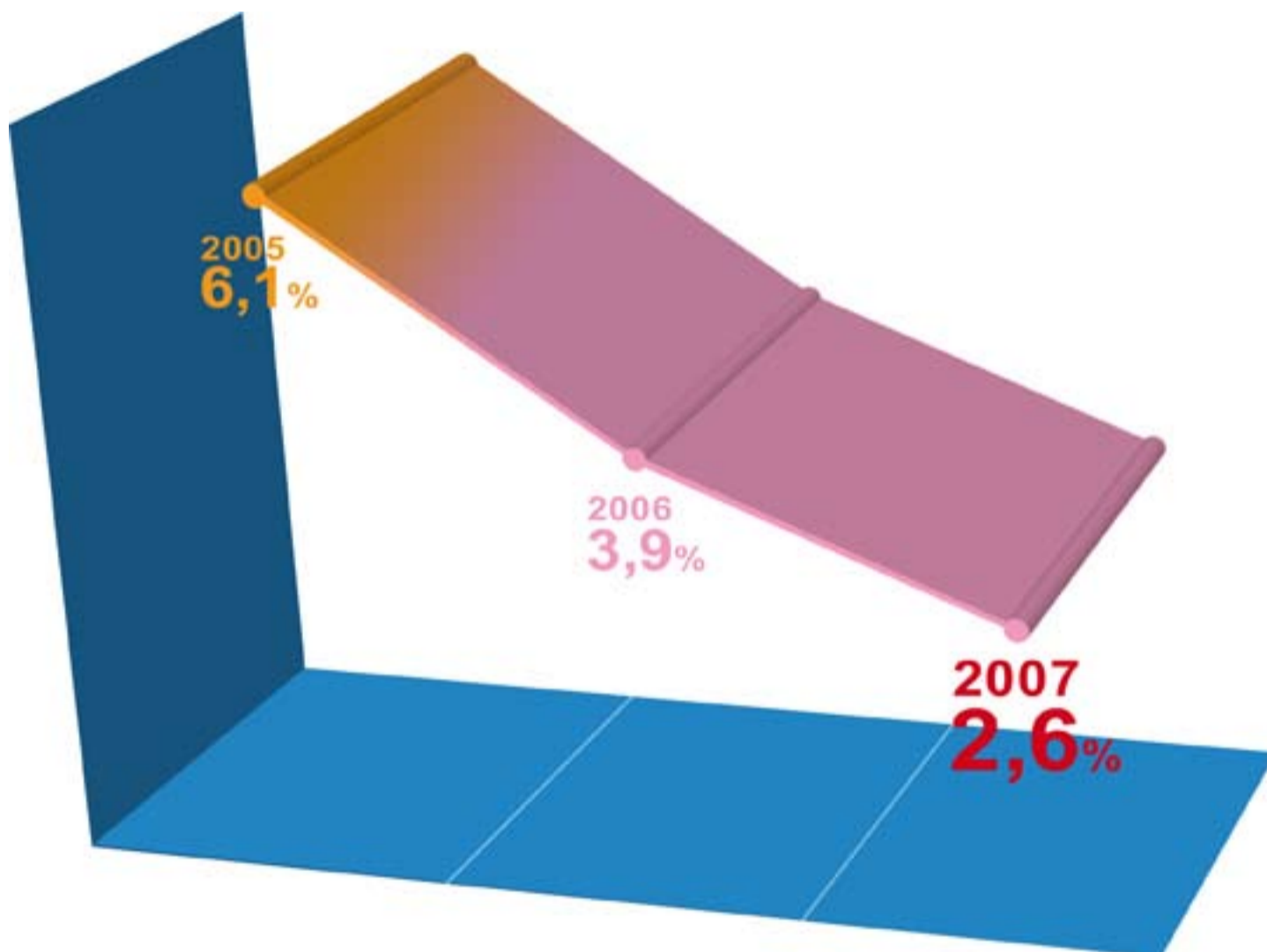


N.º 1302 31 Março 2008

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.net ■ accaosocialista@ps.pt

## Contas públicas em ordem! CONSEGUIMOS!



O mais baixo défice dos últimos 30 anos!  
A dívida pública baixou!  
A despesa pública diminuiu!

PÁGINA 3



Entrevista a Augusto Santos Silva pelos leitores do "Acção Socialista"

**Redução do IVA:**  
"Uma boa notícia para todos, só possível graças ao esforço de todos"



**Impostos**  
IVA baixa para 20%

Neste número, entrevistas aos presidentes de câmara de Santo Tirso, Castro Fernandes, Ovar, Manuel Alves de Oliveira, e Espinho, José Mota

Nesta edição  
**Suplemento**  
**"Europa"**

ENTREVISTA AO MINISTRO DA ECONOMIA PELOS LEITORES DO "ACÇÃO SOCIALISTA":

### Manuel Pinho responde sobre economia

Envie a sua questão até 9 de Abril para: [accaosocialista@ps.pt](mailto:accaosocialista@ps.pt)



# O compromisso do Governo é com o Serviço Nacional de Saúde

Uma redução em 50 por cento do valor de todas as taxas moderadoras na saúde para os utentes com mais de 65 anos de idade, medida que abrangerá mais de 350 mil idosos, a passagem da gestão do hospital Amadora-Sintra a entidade pública empresarial a partir de Janeiro de 2009 e a abertura dos concursos para a construção dos hospitais de Todos-os-Santos, em Lisboa, e do Hospital Central do Algarve, em Portimão, obras que serão lançadas durante Abril, foram as medidas que o primeiro-ministro, José Sócrates, foi anunciar ao Parlamento, na abertura do debate quinzenal, de 19 de Março dedicado à política de saúde.

BAIXAR em metade as taxas moderadoras para os mais idosos é uma medida que agora é possível de tomar, justificou o primeiro-ministro, porque o Governo foi capaz de superar a crise orçamental, de conter a despesa pública e de ter tido a virtude de empreender uma boa gestão financeira do Serviço Nacional de Saúde (SNS), facto que, como sublinhou, “aumenta agora a nossa liberdade de intervir na melhoria das condições de protecção e no bem-estar da população”.

Trata-se, em relação à redução das taxas moderadoras, disse o primeiro-ministro, de uma iniciativa “de elementar justiça”, uma medida, acrescentou, que reconhece que os mais idosos são especialmente vulneráveis a riscos de doença “precisando, por isso, de cuidados acrescidos”, facto a que o Governo do Partido Socialista não podia mostrar-se indiferente.

Em relação às parcerias público-privadas, o primeiro-ministro defendeu a sua continuação, classificando-as mesmo como úteis, sublinhando todavia, que o modelo

que o Governo quer seguir, passa por apostar em parcerias com o sector privado, sobretudo dirigidas para a construção, “deixando a gestão hospitalar para o sector público”.

As medidas agora anunciadas, disse José Sócrates, apontam claramente para o reforço do SNS, um serviço que se quer “garantido pelo Estado, com dotação financeira adequada, com gestão moderna, motivando os profissionais e capaz de responder às necessidades das populações”.

É a pensar no reforço e no constante aprofundamento do Estado Social que o Governo anunciou estas medidas, disse o primeiro-ministro, porque de muito pouco vale “ter sempre a palavra fácil para prometer mundos e fundos aos grupos mais vulneráveis”, mas que pouco ou nada fizeram quando foi deles a responsabilidade de dirigir o país.

O Governo, pelo contrário, disse ainda José Sócrates, quis primeiro pôr as contas públicas em ordem, conduzir reformas estruturais no Estado, relançar a confiança e o



e a política do medicamento, de que são eixos fundamentais, como recordou, “a redução do preço dos medicamentos, a promoção dos genéricos, a venda fora das farmácias de medicamentos não sujeitos

“O principal compromisso da nossa política de saúde é com o Serviço Nacional de Saúde”

“Reduzir em 50 por cento o valor de todas as taxas moderadoras na saúde aos utentes com mais de 65 anos é uma medida de elementar justiça”

JOSÉ SÓCRATES

investimento, tudo isto “sem nunca perder de vista as políticas sociais”, porque é desta forma, defendeu, “que se leva à prática o ideal da solidariedade”, matriz que “está no coração da democracia”.

Sócrates começou por recordar algumas das prioridades do seu Governo na política da saúde, enumerando a reforma da rede de cuidados primários, com a aposta na organização das Unidades de

Saúde Familiar (USF), o lançamento de uma resposta específica aos problemas de saúde dos idosos, com a criação da rede de cuidados continuados integrados, a gestão rigorosa e equilibrada do SNS, recordando que foi este Governo que acabou com o “crónico subfinanciamento do SNS”, dotando-o dos recursos necessários e modernizando a sua gestão, a qualificação da rede hospitalar

a receita médica, a liberalização da propriedade das farmácias e a promoção das farmácias hospitalares”.

Hoje, disse, estão à vista os ganhos de eficiência na política de saúde em Portugal e a melhoria dos cuidados prestados às pessoas, tendo acabado, como frisou, “a praga dos orçamentos rectificativos por causa de derrapagens nas contas da saúde”. R.S.A.

## Combate aos incêndios florestais foi um sucesso em 2007

O Governo anunciou a criação de uma segunda Companhia da Força Espacial de Bombeiros heli-transportados (canarinhos), no âmbito da Protecção Civil e do combate aos incêndios florestais.

Esta força actuará sobretudo nos distritos de Évora, Beja e Setúbal, juntando-se assim à primeira companhia, entretanto já em actividade, que tem vindo a intervir prioritariamente nos distritos de Castelo Branco, Guarda, Portalegre e Santarém, considerados os de risco mais elevado.



EM 2009, anunciou o Ministério da Administração Interna, serão criadas, na sequência do protocolo celebrado entre a Autoridade Nacional de Protecção Civil, a Associação Nacional dos Municípios Portugueses e a Liga de Bombeiros Portugueses, equipas de intervenção permanentes, integradas nos corpos de bombeiros, de modo a melhor promover um socorro rápido às populações.

Esta medida, como referiu o titular da pasta da Administração Interna, Rui Pereira, conjuga o voluntariado, que “continua a ser um elemento de proximidade imprescindível”, com a profissionalização de equipas especializadas.

De acordo com o ministro, esta iniciativa vem contribuir para ajudar a melhorar o êxito que representou o combate aos fogos

hectares ardidos, quer em povoações, quer em matos. Na comparação com a média dos últimos 5 anos, a diminuição de hectares ardidos apresenta manifestamente um salto qualitativo na ordem dos 85 por cento.

Nos últimos 6 anos, lembrou ainda Rui Pereira, 2007 foi o ano em que se registaram menos incêndios florestais por dia e menos hectares ardidos.

florestais em 2007, onde houve uma acentuada diminuição deste flagelo, tendo-se registado cerca de 18 mil fogos florestais, menos 5,2 por cento do que no ano anterior.

Em comparação com a média dos últimos 5 anos, período de 2002 a 2006, a diminuição registada é de 27,6 por cento. Quanto à área ardida em 2007, e em comparação com 2006, observou-se uma diminuição de 58,7 por cento no número de

Para que estes resultados pudessem ser alcançados, muito terá contribuído a elaboração e posterior aprovação do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI), instrumento que na opinião do ministro “dotou o país de uma estratégia integrada, contemplando objectivos simultaneamente concretos e ambiciosos”.

Já foi, entretanto, aprovada a Directiva Operacional Nacional 2008, a qual constitui o documento de referência e a plataforma orientadora para a defesa da floresta nacional, instrumento que, como sublinha Rui Pereira, “permite uma resposta eficaz aos incêndios na floresta”, sobretudo “pela experiência acumulada ao longo dos últimos anos”, onde se tomou em consideração “todos os ensinamentos colhidos na prevenção e no combate aos incêndios”.

A nova directiva apresenta medidas inovadoras na área do dispositivo e na gestão da informação, ao mesmo tempo que confirma a primazia do ataque inicial, aperfeiçoa o conceito de ataque ampliado e reforça igualmente em meios os comandos distritais de operações de socorro. R.S.A.

# IVA desce para 20 por cento a partir de 1 de Julho

**A taxa máxima do Imposto de Valor Acrescentado – IVA – vai passar de 21 para 20 por cento a partir de 1 de Julho deste ano. O anúncio foi feito pelo primeiro-ministro, José Sócrates, numa conferência de Imprensa convocada na sequência da divulgação pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) do valor do défice em 2007, situado em 2,6 por cento do PIB, que é o mais baixo das três décadas da democracia portuguesa.**

SEGUNDO José Sócrates, acompanhado na ocasião pelo ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, um défice de 2,6 por cento, conforme foi anunciado pelo INE, vem permitir já este ano o alívio da carga fiscal.

“É altura de aliviar o esforço pedido aos portugueses”, declarou, aproveitando de seguida para reconhecer e elogiar o trabalho realizado pela equipa do Ministério das Finanças.

Após sublinhar que 1 por cento de IVA corresponde a um valor entre 450 e 500 milhões de euros ao ano, o governante vincou que este saldo orçamental (diferença entre as receitas e as despesas públicas) representa uma notável melhoria face aos 3,9 por cento obtidos em 2006, depois de em 2005 esse valor ter sido de 6,1 por cento.

Mas, não foi apenas pelo facto de 2007 ter fechado com um corte no défice público superior ao esperado que levou o Executivo do PS a tomar a decisão de reduzir em 1 por cento a taxa normal do IVA.

De acordo com o primeiro-mi-

nistro, também os números provisórios dos dois primeiros meses deste ano são satisfatórios.

“O saldo do Estado melhorou nesse período 71 milhões de euros, quando comparado com igual período do ano passado, e o saldo da Segurança Social mais que duplicou”, explicou.

Por outro lado, também destacou os resultados da dívida e da despesa corrente primária contribuíram para o corte no IVA.

É que, no ano passado, a dívida pública desceu 1,1 pontos percentuais, enquanto a despesa corrente caiu de 40,2 por cento, em 2006, para 39,4 por cento, em 2007.

## Défice para 2008 deverá ser de 2,2 por cento

“Os resultados superaram todas as nossas melhores perspectivas. O país tem agora as contas públicas controladas, o que permite restaurar a credibilidade internacional e aumentar a confiança dos investidores”, afirmou o primeiro-ministro, para quem a medida de baixar o IVA em um ponto percentual é



“prudente e responsável”, dadas as “incertezas que se vivem na economia internacional”.

Na conferência de Imprensa, José Sócrates avançou ainda com outra novidade.

Baseado nos mesmos dados do INE, informou que o Governo reviu o objectivo do défice para este ano, passando-o de 2,4 para 2,2 por cento.

“Temos confiança e segurança para assegurar aos portugueses que a disciplina orçamental e o controlo das contas públicas vão manter-se em 2008, baixando o défice para 2,2 por cento”, afirmou Sócrates.

Por sua vez, o ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, descreveu como “um bom sinal” os resultados alcançados ao nível das contas públicas e assinalou que, fazendo as contas para o período entre 2005 e 2007 – em que o défice passou de 6,1 para 2,6 por cento – o contri-

buto dado pela redução da despesa superou o do aumento da receita.

Por sua vez, os empresários e os economistas mais reputados reagiram bem à medida anunciada pelo primeiro-ministro, considerando-a “positiva” e como um sinal claro de retorno à normalidade orçamental.

E, além do impacto efectivo nos preços, assinalam ainda os efeitos psicológicos da decisão do Executivo de reduzir a taxa máxima do IVA em 1 por cento, saudando este sinal de confiança na economia que ajuda a estimular a procura e a alavancar o crescimento.

## Portugal fora da lista de países com défice excessivo

Entretanto, da reunião de Conselho de Ministros do dia seguinte à conferência de Imprensa emanou um comunicado em que se salienta

que a anunciada redução do IVA “permitirá criar condições mais favoráveis para o crescimento da economia e do emprego e para a atracção de investimento, sem que o Governo se desvie dos seus objectivos orçamentais e do desenvolvimento das suas políticas sociais dirigidas ao combate às desigualdades e à promoção de mais oportunidades para todos os portugueses”.

Recordando que o Governo empreendeu nos últimos três anos uma estratégia de consolidação das finanças públicas que exigiu a adopção de medidas reformistas, nomeadamente no quadro da Administração Pública e da Segurança Social, bem como a contenção e a melhoria da qualidade da despesa pública, o texto prossegue vincando a ideia de “os resultados obtidos se devem sobretudo ao esforço efectuado na redução da despesa pública”.

Citando os dados oficiais recentemente divulgados pelo INE, o Governo destaca no documento que Portugal deixou assim de estar numa situação de défice excessivo perante os compromissos estabelecidos no Pacto de Estabilidade e Crescimento.

Desta forma, a gestão responsável e credível das contas públicas nacionais feita pelo Governo do PS deverá permitir que o nosso país deixe de figurar na lista negra de incumpridores das regras das finanças públicas da zona euro, ganhando assim uma maior autonomia relativa à política orçamental. **M.R.**

## Crise orçamental ultrapassada e têxtil e vestuário de parabéns

A CRISE orçamental portuguesa foi ultrapassada. Garantia dada por José Sócrates, para quem os factores que a motivaram “estão resolvidos”.

O primeiro-ministro, que falava em Fátima, na sessão de apresentação do Plano Estratégico para a Indústria Têxtil e do Vestuário Portuguesa, sublinhou que isto foi possível, pela primeira vez, sem comprometer o crescimento económico.

Após salientar que o crescimento de 1,9 por cento registado em 2007 é o melhor resultado dos últimos seis anos, Sócrates destacou o papel da indústria têxtil e de vestuário nacional para o crescimento da nossa economia.

E frisou que, apesar de “tradicional”, o sector pode afirmar-se hoje como competitivo, moderno e dinâmico.

A aposta na diferença e na modernização para revitalizar a indústria têxtil e de vestuário nacionais, bem como a promoção da competitividade no mercado global constituem a ideia central do plano estratégico para o sec-



tor, uma iniciativa que José Sócrates saudou e para a qual garantiu o apoio do Governo.

Ao presidir à sessão de apresentação do documento que, tal como o de 2002, é assinado pelos economistas Daniel Bessa e Paulo Vaz, director-geral da Associação Têxtil de Portugal, o chefe do Executivo assinalou o facto do sector mostrar actualmente uma “grande capacidade”, tendo as suas exportações cres-

cido 4,2 por cento em 2007, sobretudo para Espanha, Alemanha, Brasil e China.

Destacou igualmente o clima de confiança económica promovido pelo Governo do PS, afirmando não recordar “um período em que o país tivesse que fazer um ajustamento orçamental com os resultados que temos e, ao mesmo tempo, ter uma subida no crescimento económico e não uma recessão”.

“O crescimento económico em 2007 marca um processo de afirmação da economia portuguesa”, sublinhou, apontando para o facto do sector privado ter registado um crescimento na ordem dos 2,5 por cento.

Neste esforço, Sócrates destacou mais uma vez o sector têxtil e vestuário, de que muitas vezes ouviu diagnosticar a morte, mas que se transformou num sector “à

altura das maiores exigências”.

Comparando o desempenho do sector com o do próprio país, o chefe do Governo lembrou que foram muitas as adversidades ultrapassadas, aproveitando ainda a ocasião para apontar que foi durante a governação socialista que houve, pela primeira vez, “um esforço sério e forte de ajustamento orçamental e a nossa economia continuou a crescer”.

“Queremos ter um país com um melhor clima de negócios”, concluiu.

Por sua vez, o ministro da Economia, Manuel Pinho, anunciou a abertura das verbas do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) para apoio à internacionalização a empresas que não são PME.

O ministro mostrou toda a sua confiança na indústria têxtil e do vestuário, que “constitui um verdadeiro cluster”, defendendo que, dentro dela “a fileira da moda tem de constituir um pólo de competitividade”, e apresentou números bastante positivos que provam que as empresas ditas tradicionais estão a modernizar-se e a inovar. **M.R.**

## OPINIÃO



ALCÍDIA LOPES  
Deputada do PS  
alcidialopes@ps.parlamento.pt

*São as escolas e o conjunto dos professores que definem com total autonomia todo o processo de avaliação, os objectivos, os calendários, os instrumentos*

## AVALIAR PARA VALORIZAR OS PROFESSORES

O NOVO regime de avaliação nasceu da vontade dos professores serem valorizados.

O modelo do satisfaz para todos, não satisfazia ninguém; muito menos aqueles que trabalhavam e se empenhavam.

Que outra avaliação seria mais adequada, ou mais exequível?

A esta pergunta, aqueles que a condenam, nunca deram uma resposta. Andam ocupados em campanhas de desinformação, preocupados apenas com o seu jogo político.

Insinuem repetidamente que os professores vão alterar as notas dos seus alunos, quando este item terá pesar apenas cerca de 6 por cento. Esta acusação da oposição fere a ética profissional dos professores.

Mas esquecem-se sempre de falar no efectivo descongelamento das carreiras e na progressão que se abrirá para centenas de professores, para já não falar da sua maior estabilidade profissional, garantida por este Governo.

As escolas estão a trabalhar bem e devidamente apoiadas pelo Ministério da Educação e as outras estruturas.

A abertura e a flexibilidade do ministério está bem patente na centena de reuniões efectuadas e a efectuar e plasmada nos documentos que explicam como implementar a avaliação.

Nesses momentos, fica claro que a maior parte dos professores só será avaliada no ano lectivo de 2008/2009; as fichas de avaliação serão elaboradas por cada escola, tendo em conta as suas características, a sua envolvente social e os seus objectivos próprios; os itens que não puderem ser avaliados, podem ser reformulados ou substituídos; um professor avaliador com excessiva carga de aulas para observar pode delegar esta competência.

Estes são apenas alguns exemplos que provam a vontade de construir um modelo sério, praticável, justo e dignificante.

Não há processos fechados. Várias melhorias sugeridas foram já introduzidas.

O PS e o seu Governo têm valorizado como não há memória a Escola Pública e admira-me ver desvalorizarem todas estas conquistas.

Muitos gostam, a propósito deste e de outros assuntos, de criar realidades alternativas, como no filme "Matrix", para poder confundir e perturbar a realidade efectiva.

Falam desta avaliação como arma contra os docentes, o PS quer a valorização dos mesmos.

Falam em processos excessivamente burocráticos, quando o Ministério da Educação apresentou modelos que devem ser trabalhados pelas escolas até estarem simplificados, claros e adequados. E só para que fique claro cada professor avaliado só preenche uma ficha, a ficha de auto-avaliação, onde o professor poderá salientar todas funções desempenhadas, dentro e fora da sala de aula. Porque também há trabalho realizado fora das salas de aula, com os alunos, com actividades de motivação, com actividades que tornam a escola mais atractiva e mais acolhedora.

Falam da dificuldade de avaliar... Avaliar é uma das funções da profissão de professor. É sempre uma função difícil, delicada, mas que nós, professores, aprendemos a gerir e a gerir com critérios e mecanismos que nos ajudam a ser mais justos, mais profissionais e mais assertivos. Também neste ponto, o ministério está a prestar todo o apoio.

E como se poderá avaliar os professores, sem passar pela observação de aulas? Poderia ficar porventura a nobre função de leccionar fora dos parâmetros de avaliação?

E o que se avalia então?

A adequação das actividades do professor ao projecto educativo e ao projecto curricular de turma, os seus objectivos individuais, os indicadores de assiduidade, a participação na vida da escola.

São as escolas e o conjunto dos professores que definem com total autonomia todo o processo de avaliação, os objectivos, os calendários, os instrumentos. Têm autonomia e estão a exercê-la.

A avaliação é um direito dos professores, já que permite ver reconhecido o seu mérito, as formas de melhorar o seu trabalho, de valorizar os seus alunos e a sua escola.

Não defendemos as avaliações externas como outros, com inspecções ou agências contratadas.

Cabe às escolas, cabe aos professores traçarem este caminho, que é um caminho transparente, participado, inter pares e passível de afinações.

## Lançada campanha de informação sobre o Tratado de Lisboa

COM o objectivo de explicar "o melhor possível" ao "maior número de pessoas possível" o Tratado de Lisboa, o Governo português, a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu lançaram uma vasta campanha de informação.

"Muitos pensaram que, ao não referendar o Tratado, o Governo se desinteressaria de o explicar aos cidadãos. Esta campanha é uma resposta a esses cépticos" e "demonstra o empenhamento do Governo em que este debate seja tão esclarecedor e alargado quanto possível", afirmou o secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Manuel Lobo Antunes, na apresentação da campanha.

Esta iniciativa, que nasce da colaboração entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), o Centro de Informação Jean Monnet e as representações em Portugal da Comissão Europeia e do Parlamento Europeu, arrancou com a publicação num jornal diário de um anúncio de meia página, que vai voltar a ser publicado, até ao fim do mês e ao ritmo de um por dia, nos principais diários portugueses, incluindo um dos títulos gratuitos com maior circulação.

O anúncio divulga várias das acções de informação previstas e o endereço do "site" criado especialmente para esta campanha [www.tratadolisboa.eu](http://www.tratadolisboa.eu) onde, além do calendário das iniciativas, existem ligações (links) para várias fontes de informação, incluindo, por



exemplo, um conjunto de perguntas e respostas em constante actualização e um número verde de informação (00.800.67891011).

Entre essas fontes consta, como explicou Lobo Antunes, a "versão consolidada" do Tratado de Lisboa, ou seja, uma versão em texto corrido do conteúdo do Tratado, elaborada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros com o objectivo de tornar compreensível para qualquer pessoa um texto que, na sua formulação oficial, é considerado de difícil leitura pelas muitas referências a artigos introduzidos ou revogados.

Também disponível está a ligação para o "dossier sobre o Tratado de Lisboa", do Centro de Informação Jacques Delors, que inclui diferentes apresentações informativas para explicar o Tratado de Lisboa "a todos", "aos jovens", "ao cidadão em geral" ou "aos alunos"

dos diferentes níveis de ensino.

Além da Internet, do telefone e dos suportes documentais, a informação sobre o Tratado vai também ser prestada em interacção com o público, designadamente através das "Sessões de informação Jean Monnet", que se vão realizar diariamente, ao fim da tarde, entre 31 de Março e 24 de

Abril, no edifícios da representação da Comissão Europeia e do Gabinete do PE, em Lisboa.

A entrada é livre, até ao limite de 100 pessoas, e após uma intervenção inicial, o público pode colocar questões sobre o conteúdo e as implicações do Tratado.

Entretanto, no Dia da Europa, 9 de Maio, Lisboa e Coimbra vão acolher duas grandes conferências sobre o Tratado, mas com o objectivo de descentralizar esta campanha, vão ser realizados seminários-debates em Bragança, Castelo Branco, Évora, Funchal, Ponta Delgada e Viseu e desenvolvidas acções de informação em escolas, autarquias e associações.

A campanha vai prosseguir até à ratificação do Tratado de Lisboa pela Assembleia da República, cuja data foi já marcada pela conferência de líderes para 23 de Abril.

## Financiamento público e privado do MIT coordenado por uma associação

VISANDO uma "coordenação estratégica" entre o financiamento público e privado do projecto Massachusetts Institute of Technology (MIT) em Portugal, o Executivo do PS vai criar uma associação para esse efeito. O anúncio foi feito pelo secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Manuel Heitor, para quem este programa é "uma oportunidade única de alavancagem daquilo que hoje é condição crítica para se fazer investigação à escala global: a criação de parcerias".

"O nosso desafio para os próximos meses/ano é gradualmente acelerar o processo de criação de parcerias e a criação de uma associação que junte financiamento público e privado", avançou o governante, indicando de seguida que, "em vez de haver contactos directos entre empresas e o MIT, a ideia é fazer-se uma entidade gestora única, ou seja, um contexto institucional flexível que dê coordenação conjunta, quer

às empresas quer ao Estado, através da Fundação para a Ciência e Tecnologia".

A nova estrutura foi apresentada no primeiro dia de trabalhos da Conferência Europeia do MIT, que decorreu em Lisboa, sob a designação genérica "International Science & Technology Portugal".

O MIT vai liderar o conselho científico e de aconselhamento a essa nova estrutura, segundo adiantou Manuel Heitor.

Após sublinhar o sucesso do projecto e vincar que os resultados "já superaram os objectivos iniciais", o secretário de Estado disse aos jornalistas que, "além de unir os grupos universitários", o MIT "está a uni-los às empresas".

### Portugal é país pioneiro do MIT-EI

Entretanto, o primeiro-ministro, José Sócrates, presidiu, no âmbito do mesmo evento, à assinatura de

acordos entre o Governo e o MIT para a promoção de programas de investigação avançada e para a colaboração em tópicos críticos na área da energia.

Segundo o Executivo, com o acordo nesta área, Portugal passa a ser "o primeiro país-membro da iniciativa de energia do MIT - o MIT-EI", criada com o objectivo de mobilizar recursos para ajudar a vencer os desafios energéticos a nível global e para acelerar a inovação em ciências da energia, tecnologia e políticas energéticas.

Entre outros aspectos, o acordo prevê a criação de uma plataforma que as instituições portuguesas de Ensino Superior e o MIT podem usar para o desenvolvimento de sistemas e tecnologias energéticas inovadoras.

Ao longo dos cinco anos de vigência deste acordo, o nosso país terá ainda a possibilidade de associar ao MIT cerca de 10 investigadores portugueses. M.R.

# Governo lança novas concessões rodoviárias em Leiria



**O primeiro-ministro, José Sócrates, presidiu em Leiria, à cerimónia do lançamento do concurso público para a concessão de novas acessibilidades no Litoral Oeste.**

**A obra envolve um investimento de mais de 260 milhões de euros que serão canalizados para a construção de 85 quilómetros de novas estradas naquela região, contemplando melhoramentos no IC2, a construção do IC9 e do IC36, que terá um perfil de auto-estrada, ligando a A8 com a A1, e ainda importantes melhoramentos nas variantes de Alcobaça e Nazaré.**

ESTA é a sétima concessão lançada pelo Governo, dando seguimento à forte aposta que tem vindo a ser efectuada na criação de uma moderna e eficiente rede de acessibilidades, contribuindo deste modo para o aumento da coesão territorial e para a redução necessária da sinistralidade.

Para além deste conjunto de infra-estruturas rodoviárias, foi ainda anunciada uma importante remodelação na variante da Estrada Nacional 1 (EN1), sobretudo tendo em vista obviar a passagem do tráfego rodoviário junto ao Mosteiro da Batalha, classificado como património da humanidade.

A EN1, recorde-se, foi até há pouco tempo o eixo rodoviário fundamental do país de ligação entre o norte e o sul, estrada que presentemente é designada por IC2. As obras nesta via visual sobretudo alterar o actual traçado em relação ao ponto respeitante ao cruzamento da EN8, junto a S. Jorge, a sul do concelho da Batalha e já a caminho de Leiria, onde se observa uma grande ocupação marginal, nomeadamente com a existência de vários cruzamentos e numerosas serventias que condicionam sobremaneira a capacidade da via para além das condições de segurança e

de circulação, e que justificam que o Governo pretenda agora encontrar soluções no sentido de introduzir uma mais adequada operacionalidade nesta via.

Trata-se de um “investimento histórico no distrito de Leiria”, disse o primeiro-ministro, e “uma prova de confiança” na dinâmica da região, tendo acrescentado não se recordar de ter havido antes uma decisão igual por parte de qualquer outro Governo de construir ao mesmo tempo 85 quilómetros de infra-estruturas rodoviárias “indispensáveis no distrito”, num único contrato de investimento público e com esta grandeza.

Para José Sócrates, este investimento público será decisivo para que o distrito “possa dar o seu contributo à economia nacional”.

Depois de lembrar a importância estratégica do investimento privado nos últimos 20 anos no distrito de Leiria, esforço que, recordou o primeiro-ministro, “muito contribuiu para a abertura de novos negócios e de novos sectores” que têm vindo a “ajudar a consolidar o tecido económico local e o desenvolvimento da economia nacional”, José Sócrates sublinhou que “há muito tempo que

esta região já merecia um investimento público desta grandeza” de forma a permitir dotar o distrito com as infra-estruturas que “estivessem à altura do desenvolvimento do país”.

O lanço do IC36, entre Leiria sul e Leiria nascente, que terá cerca de 6,3 quilómetros de extensão com perfil de auto-estrada, vai permitir, como lembrou o primeiro-ministro, o fecho da ligação entre a A8 e a A1, possibilitando assim, a transferência de cerca de 10 mil veículos por dia da rede urbana da cidade de Leiria para o novo troço.

Mas todas as restantes intervenções agora anunciadas pelo Governo revestem-se, como frisou, de uma grande importância para a região.

É o caso, por exemplo, da variante a Alcobaça, cujo estudo aponta para um desvio do tráfego que circula na EN8, e que presentemente atravessa a cidade, minimizando com esta obra a circulação de veículos junto ao Mosteiro de Alcobaça, facto que vai contribuir para o aumento da segurança rodoviária mas também para a preservação de um dos monumentos portugueses mais importantes.

Do mesmo modo, a variante à cidade da Nazaré reveste-se de grande importância, uma vez que vai funcionar como via distribuidora do tráfego proveniente do IC9, evitando assim o atravassamento da malha urbana.

A nova concessão rodoviária do Litoral Oeste anunciada pelo Governo vai beneficiar directamente cerca de 391 mil habitantes, de nove concelhos da região Oeste, abrangendo municípios dos distritos de Leiria e de Santarém. **R.S.A.**

## OPINIÃO



**VÍTOR RAMALHO**  
Deputado do PS

*O futuro de Portugal passa determinantemente pelo aprofundamento das relações com os povos e países da nossa fala*

## UM OLHAR MAIS ABRANGENTE

TENHO ideias claras e descomplexadas sobre o mundo da nossa fala. Este conceito, que nos coloca aliás em pé de igualdade com os demais povos e países que se exprimem como nós, é muito mais abrangente do que o conceito de lusofonia.

Ao ter ideias claras sobre a natureza do relacionamento e sobre a estratégia a prosseguir entre esta vasta comunidade de povos que são cidadãos do mundo, manifesto as minhas preocupações sobre a fragilidade da marcha em que têm assentado os objectivos que se pretendem alcançar.

Sou neste domínio muito exigente porque sempre entendi que o futuro de Portugal passa determinantemente pelo aprofundamento das relações com os povos e países da nossa fala. E isto aproveita em cooperação reforçada, à UE.

Explico-me.

Há uma identidade própria e diferenciada no conjunto dos nossos povos, questão que sendo cultural deve enquadrar a estratégia a prosseguir, da qual a economia é mesmo um instrumento e não um fim.

Para se entender isto é preciso perceber que Portugal foi o único país europeu que descolonizou tardiamente por efeito de uma ditadura e que esta oprimia em simultânea o povo português e os povos das ex-colónias de África.

Esta situação, excepcional, levou a que por efeito da queda do regime anterior Portugal se tivesse libertado e os povos das ex-colónias africanas alcançassem de imediato as independências.

Por isso ter sido assim, a luta contra o regime anterior foi comum, gerando cumplicidades múltiplas. Singularmente, a Casa dos Estudantes do Império, com sede em Lisboa, encerrada pela PIDE nos anos 60 foi uma das instituições que mais contribuiu para o reforço da consciência das identidades africanas que conduziram às independências. E isto a partir de Lisboa sob o regime anterior. Nela, na “casa” como lhe chama Pepetela na “Geração da Utopia”, nasceram os grandes poetas e romancistas dos povos da nossa fala comum, que escreveram na “Mensagem”, como António Jacinto, Agostinho Neto, José Craveirinha, Alda do Espírito Santo, Pepetela, N’dunduma, Knofli, Alda Lara e tantos outros e nela se formaram personalidades políticas como Manuel Pinto da Costa, Joaquim Chissano, o próprio Neto, Amílcar Cabral, José Araújo e por aí fora. Foi a partir do contributo dela que cerca de cem jovens estudantes e recém-licenciados, africanos que se encontravam em Portugal empreenderam a famosa fuga colectiva para Paris e daqui para a integração na luta das ex-colónias contra o regime que oprimia povos africanos e o português. É por isso que os dirigentes nacionalistas nunca confundiram a luta contra o regime com a luta contra o povo português que consideravam um forte aliado.

De alguma maneira a CONCP, que aglutinou então todas as organizações nacionalistas africanas da fala comum, foi precursora da CPLP.

E de tal forma que Mário de Andrade, primeiro presidente do MPLA, acabou ministro na Guiné-Bissau e Luandino Vieira português viu-lhe reconhecida a identidade angolana. De alguma maneira foi como o nosso padre António Vieira, que sendo uma referência portuguesa – e bem – tem ascendentes directos africanos

É por essa razão que nunca entendi a razão pela qual os responsáveis partidários e políticos nunca se mobilizassem, com raras excepções para recriar a Casa dos Estudantes do Império, adaptada aos nossos dias e à luz da nova realidade, impulsionando o estatuto desta fase histórica comum.

Não se trata de uma utopia. Trata-se de olhar para o futuro com memória, enquadrando as nossas relações numa lógica de afectividade e cumplicidade consequentes, explorando as nossas singularidades, que estão para além dos mecanismos de relações institucionais utilizados com outros povos e países. Tratar diferente o que é diferente parece óbvio.

Quando isso não é visto nesta perspectiva não se percebe por exemplo a razão pela qual a CPLP é a única instituição mundial que integra todos os povos e países da mesma fala, sem excepção.

Também por isso não se entende a razão pela qual se não aprofundam de facto as relações de complementaridade entre povos da nossa fala e os da fala castelhana, em parcerias de todo o tipo, utilizando a CPLP e as relações ibero-americanas, sem complexos de qualquer natureza, para bem da própria UE.

De igual modo, por carência de se perceber uma estratégia do tipo da que venho descrevendo, não se viu a tempo a importância em se consensualizarem esforços para que fosse a CPLP, enquanto tal, pela primeira vez, a poder intervir sob a égide da ONU na segurança do próprio território de Timor. Esta visão teria colocado numa lógica totalmente diferente a evolução deste país irmão – Timor.

Por tudo isto, o presente artigo surge quase como um apelo porque há campos de intervenção que ultrapassam os estreitos limites dos interesses económicos e são determinantes para a própria compreensão destes.

Não ter isto presente é grave para o futuro, porque obnubila os alicerces do que somos.

Os povos e países da nossa fala comum merecem mais. E o futuro obviamente também, apesar de todos os esforços que vêm sendo prosseguidos no plano económico.

É preciso um olhar mais abrangente, importando para o efeito estudar a nossa história comum, honrando os legados que nos foram deixados e com eles a nossa memória colectiva.

# “O Governo do PS trouxe ao Vale

CASTRO FERNANDES, PRESIDENTE DA CÂMARA DE SANTO TIRSO

**A indústria têxtil do Vale do Ave passou os últimos anos por um período difícil acompanhado por um desemprego exponencial. Graças ao trabalho conjunto do Governo e da autarquia de Santo Tirso foi possível, em apenas três anos, começar a inverter este cenário, não só em relação ao sector têxtil, mas igualmente à economia da região.**

**Em entrevista ao “Acção Socialista”, o presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, Castro Fernandes, lembra o esforço que tem sido empreendido para recuperar o seu concelho de uma depressão económica que estava a atingir a maioria das famílias residentes no município, está a resultar em mais emprego, novas indústrias e na consolidação do sector têxtil.**

RUI SOLANO DE ALMEIDA

**O Vale do Ave sofreu com as muitas deslocalizações de empresas têxteis para o Leste europeu e para a Ásia. Como se tem vindo a ultrapassar este problema na região?**

O Vale do Ave suportou uma depressão económica originada por um conjunto de razões que importa analisar. No início da década de 90 (séc. XX) faliram inúmeras empresas têxteis no Vale do Ave, cenário com que nos deparamos e para o qual não havia solução imediata.

As consequências foram devastadoras com dezenas de milhar de pessoas desempregadas e com famílias desesperadas. Foi o tempo das “bandeiras pretas”, das manifestações operárias de rua. Mas também foi o tempo em que o ministro da Indústria da altura, Mira Amaral, afirmava que o têxtil era para acabar. Felizmente que depois veio um tal Michael Porter que com a sua douta sabedoria acabou com este negativismo.

Foi aliás também o tempo em que se criou a OID (Operação Integrada de Desenvolvimento) do Vale do Ave (1991), que veio criar algumas almofadas sociais para combater o desemprego.

Acresce que os acordos multifibras e os negociados com a OMC (Organização Mundial do Comércio) provocaram na Europa a invasão dos têxteis e confecções asiáticas de que resultou ainda mais desemprego.

Entre 2001 e 2005, nos governos de Durão Barroso e de Santana Lopes, o desemprego duplicou no Vale do Ave para números bastante preocupantes.

Só agora, com o Governo do Partido Socialista, se pode afirmar com segurança que existem sinais claros de que as taxas de desemprego estão a diminuir, embora não tanto como

desejávamos. Para que este clima de um certo desanuiamento e de mais emprego se esteja a dar muito tem contribuído o aparecimento de novos investimentos na área dos plásticos, turismo, do vidro, minerais não metálicos, ou seja, investimentos alternativos ao têxtil e que nós tentamos cativar para o concelho.

**Como caracteriza do ponto de vista económico o concelho de Santo Tirso?**

O nosso município caracteriza-se por ter ainda uma forte indústria têxtil e de vestuário, além de uma indústria bastante forte de plásticos, sector que aliás se tem vindo a afirmar e a consolidar nos últimos anos.

Mas há outras áreas económicas que se revestem igualmente de grande importância. É o caso, por exemplo, da agricultura de minifúndio ou, ainda, o sector dos serviços, que começam também agora a ter uma significativa expressão, empregando já cerca de 25 por cento da população activa.

Não deixo, todavia, de salientar que a juventude representa uma significativa franja da população ávida de formação para poder enfrentar melhor o mercado de emprego.

**Que papel está reservado à autarquia no apoio ao desenvolvimento do concelho?**

A Câmara Municipal de Santo Tirso, dentro das suas limitações e competências autárquicas na área económica, tem vindo a privilegiar em termos do ordenamento do território a fixação de novas indústrias, nomeadamente pela localização de zonas industriais perto dos terrenos envolventes aos nós das auto-estradas A41 (Água Longa) e A3 (Santo Tirso).

Privilegia ainda a recuperação de antigas fábricas têxteis, permitindo a criação de condomínios e a fixação



# xe uma nova esperança do Ave”



nesses locais de pequenas e médias empresas.

Por outro lado, temos facilitado a aprovação de projectos que visam a criação de mais emprego e que consequentemente trazem para a região mais riqueza, razão por que se instituiu uma iniciativa denominada de Projectos Prioritários, a par da criação de uma Via Verde que funciona desde 2005 e que se destina à aprovação desses projectos.

A Câmara Municipal de Santo Tirso, por outro lado, aplica no concelho uma das mais baixas taxas de IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) que é de 0,425 (mais baixa 15 por cento do que o máximo permitido que é de 0,5).

Acresce que a edilidade permite a redução da TMU (taxa Municipal de Urbanização) em 50 por cento para os investimentos que visem

Também as obras de requalificação urbana têm merecido uma especial atenção da nossa parte.

**O Programa “Novas Oportunidades”, o Plano Tecnológico ou outras iniciativas lançadas pelo Governo estão de algum modo a ajudar ao progresso e modernização do seu município?**

O Programa “Novas Oportunidades” foi por nós assumido desde o seu início com a criação do CR-VCC (Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Conhecimentos), pelo qual já foram qualificadas em Santo Tirso mais de 800 pessoas, com equivalências aos 6º e 9º anos. Neste momento estão mais de 500 pessoas inscritas para conseguirem a equivalência ao 12º ano.

Em relação ao Plano Tecnológico,

todavia inibir o progresso e o desenvolvimento local e regional.

**Estamos a pouco mais de um ano das próximas eleições autárquicas. Quais os projectos e iniciativas que espera ainda poder concretizar?**

Muitos dos projectos e iniciativas que temos estão já definidos em diversos documentos que são do conhecimento público.

Desde logo todo o processo de revisão do PDM (Plano Director Municipal) que se encontra neste momento em fase final. Estamos a trabalhar também, por outro lado, no chamado Plano de Acção Estratégico, que visa preparar, de forma sustentada e realista, um conjunto de investimento no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN).

“Nos governos de Durão Barroso e de Santana Lopes o desemprego no Vale do Ave atingiu padrões que levaram a uma grande instabilidade social”

“A Câmara Municipal de Santo Tirso aplica no concelho uma das mais baixas taxas de IMI do país”

“A nossa prioridade económica passa por ajudar à fixação de mais empresas no concelho”

a criação de mais emprego. São medidas que temos vindo a pôr em prática e que visam em primeiro lugar a criação de apoios directos ao desenvolvimento do município.

**Para que projectos ou áreas têm sido canalizados os fundos estruturais, passados e futuros, absorvidos pelo seu município?**

A Câmara Municipal de Santo Tirso tem direccionado as verbas dos fundos estruturais prioritariamente para a execução de infra-estruturas ambientais, nomeadamente no âmbito do SIDVA (Sistema Integrado de Despoluição do Vale do Ave) que tem permitido que novas empresas industriais se tenham instaladas na nossa região, mas agora dotadas, ao invés do que acontecia antes, de redes de colecta e tratamento de efluentes.

Outras das áreas para onde temos canalizado os fundos estruturais é para a execução de infra-estruturas rodoviárias, razão por que recentemente o concelho de Santo Tirso foi considerado num estudo divulgado por um semanário de Lisboa como um dos melhores do país na área dos transportes e acessibilidades.

que em boa hora o Governo liderado pelo primeiro-ministro José Sócrates lançou, o reflexo no nosso município tem sido excelente, uma vez que mais de 3 mil desempregados têxteis estão neste momento a receber formação na área da informática depois de termos assinado um protocolo de cooperação com o Citeve e a Microsoft.

**Qual a sua opinião sobre a Lei das Finanças Locais lançada por este Governo?**

A Lei das Finanças Locais é uma lei nova que procura impedir atropelamentos no que ao endividamento municipal diz respeito. O que aconteceu na Câmara Municipal de Lisboa, ao tempo das anteriores vereações lideradas por Santana Lopes e Carmona Rodrigues, originou uma imagem negativa para as autarquias de todo o país. Mas é bom que se diga que existem possivelmente outros casos semelhantes ou mesmo relativamente mais graves e que poderão implodir a todo o momento. O que é importante é que esta lei não seja interpretada como uma arma de arremesso contra o poder local mas sim que ajude a disciplinar sem

Mas estamos a trabalhar igualmente noutros projectos e noutras iniciativas de capital importância para a modernização do concelho de Santo Tirso. É o caso, por exemplo, do trabalho que estamos a desenvolver no âmbito dos Planos de Actividades e Orçamento ou dos serviços municipalizados, ou ainda na reforma que queremos introduzir nos mecanismos de funcionamento da Área Metropolitana do Porto, como estamos também a empreender um trabalho de grande alcance na gestão das águas do Ave e do Cavado, ou ainda no projecto, para só citar mais um, do denominado Tirso-Parques.

Todos estes projectos, como referi, são do conhecimento público e estão enquadrados num documento datado de 2005 e intitulado “Santo Tirso na Viragem do Milénio” onde constam investimentos e apoios às actividades económicas, à melhoria das redes rodoviárias, ambientais e tecnológicas, à execução das obras previstas na Carta Educativa, à construção de novos equipamentos culturais, desportivos e de serviços e à requalificação urbana tendo em conta a realidade urbana do concelho no seu disperso urbano.

# Sócrates sublinha unidade e força do PS

CONCELHIAS DA FAUL

O PS é um partido “que se apresenta unido, na sua diversidade, com uma vida interna rica, que está à altura do seu tempo, ao serviço de um projecto de modernização para o país”, enquanto outros “discutem eternamente regulamentos internos e formas de pagar quotas”, afirmou o secretário-geral, José Sócrates, no final da sessão de tomada de posse dos presidentes das concelhias da área da FAUL.

J. C. CASTELO BRANCO

NA SUA intervenção, José Sócrates sublinhou que o PS “contrasta com outros partidos pela sua unidade e força, discutindo política, e dando o seu melhor ao serviço de Portugal e dos portugueses” e que está “em permanente diálogo com as forças de progresso do país” e com independentes, com quem “partilha um projecto modernizador” para o país.

“Enganaram-se os que acharam que as Novas Fronteiras eram para acabar na noite eleitoral, este fórum enriqueceu o PS e a vida política portuguesa”, acrescentou.

O PS “onde há liberdade interna e ninguém é excluído por ter opiniões diferentes, é um partido de acção que quer governar para levar à prática o seu projecto político e que actualiza e moderniza as suas ideias nos valores de sempre” do nosso partido.

“Fomos o primeiro partido a instituir eleições directas para a escolha do líder e todos os portugueses perceberam que a escolha foi feita entre ideias”, disse, numa referência à eleição em que bateu

Manuel Alegre e João Soares para a liderança dos socialistas em 2004.

“As nossas eleições directas não foram entre pessoas, não foram também uma luta mesquinha e apenas motivada pelo poder”, disse perante largas centenas de militantes da FAUL.

Por outro lado, o líder socialista referiu que ao longo destes três anos de governação “exigente e com responsabilidade” nunca lhe faltou o apoio do partido.

Depois de lembrar que quando o PS chegou ao poder “o país vivia uma crise orçamental sem paralelo, à beira da recessão”, Sócrates realçou que através “uma governação rigorosa” foi vencida a crise orçamental. “Pusemos as contas públicas em ordem e a economia a crescer”, frisou.

O líder do PS reafirmou que a questão fundamental que se coloca ao país é “a aposta nas qualificações”, salientando que, por isso, foram feitas as reformas no sistema educativo. “A base do sucesso económico de um país está nas qualificações das pessoas”, disse, salientando que ainda que pela primeira vez um por cento do



PIB foi destinado à ciência.

José Sócrates sublinhou ainda que “rigor, crescimento, qualificações e justiça social” são as quatro palavras que orientam a governação socialista.

Antes Joaquim Raposo, presidente da FAUL, numa curta intervenção, começou por salientar que pela primeira vez na história do PS um secretário-geral dava posse aos presidentes das concelhias.

Joaquim Raposo sublinhou que os novos dirigentes concelhios irão

ter um trabalho árduo, porque irão enfrentar as batalhas eleitorais de 2009.

Por outro lado, na cerimónia que decorreu no Hotel Altis, o líder da FAUL elogiou os três anos de “bom e rigoroso Governo”, reiterando que José Sócrates “contará sempre com a FAUL no apoio” ao Executivo e às reformas que tem vindo a realizar.

Joaquim Raposo fez ainda uma saudação especial à ministra da Educação pelo trabalho desen-

volvido para o bem da escola pública e aos autarcas socialistas que “têm feito milagres” em prol das populações.

Os presidentes das concelhias que tomaram posse são Carla Tavares (Amadora), Silvino Lúcio (Azambuja), Alípio Magalhães (Cascais), Miguel Coelho (Lisboa), Carlos Teixeira (Loures), António Branco (Mafra), Susana Amador (Odivelas), Marcos Sá (Oeiras), Rui Pereira (Sintra) e Fernando Paulo Ferreira (Vila Franca de Xira).





## CARLA TAVARES AMADORA

MEMBRO da Comissão Política Nacional do PS, Carla Tavares fez parte da Assembleia de Freguesia da Reboleira de 1993 a 1997. Deputada municipal da Amadora entre 1997 e 2001, tendo posteriormente exercido as funções de vereadora nesta autarquia de 2002 a 2005. Em 2005 foi reeleita vereadora da Câmara.

Coordenadora da Secção do PS Amadora entre 2004 e 2006, foi agora eleita presidente da Comissão Política da Concelhia da Amadora.



## ALÍPIO MAGALHÃES CASCAIS

ANTIGO presidente da Assembleia Geral de Militantes da Secção de São Domingos de Rana, Alípio Magalhães foi eleito presidente da Comissão Política Concelhia do PS de Cascais.

Comendador com a ordem de Mérito, docente universitário, economista, Alípio Magalhães é administrador de empresas, vice-presidente da Associação Empresarial de Sintra, presidente do Conselho Fiscal da Caixa de Previdência do Ministério da Educação e ainda presidente do Rotary Club.



## CARLOS TEIXEIRA LOURES

PRESIDENTE da Câmara Municipal de Loures desde 2002, Carlos Teixeira é licenciado em Engenharia e Sistemas de Potências, pelo IMPE.

Vice-presidente da Junta Metropolitana de Lisboa e do Fórum Europeu para a Segurança Urbana e representante do município de Loures na Assembleia Intermunicipal da Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis, Carlos Teixeira é militante do PS desde 1986.

Antes de chegar à presidência do município de Loures, o autarca socialista foi deputado municipal entre 1989 e 1993, vereador entre 1993 e 1997 e presidente da Junta de Fre-



guesia de Loures, de 1997 a 2001, tendo sido agora eleito presidente da Comissão Política Concelhia de Loures.

## SUSANA AMADOR ODIVELAS

SUSANA Amador é pós-graduada em Estudos Europeus pela Universidade Católica (1994), tendo o curso de especialização em Direito de Asilo pela Universidade de Oxford (1993). É licenciada em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa (1990) e tem o diploma superior de Altos Estudos em Língua e Literatura Francesa pela Alliance Française (1990).

No plano político é desde de 2005 presidente da Câmara de Odivelas, sendo igualmente desde 2005 membro da Junta Metropolitana de Lisboa. Deputada à Assembleia da República na X legislatura, foi presidente da Assembleia Municipal de Odivelas de 2001 a 2005 e membro da Assembleia Metropolitana de Lisboa entre 2001 e 2003. Foi 1ª secretária da Comissão Nacional de Jurisdição (2004-2006) e é membro da



Comissão Política Nacional do PS desde 2006. Foi, também, presidente do Departamento das Mulheres Socialistas da FAUL de 2002 a 2005 e é membro da Comissão Política da FAUL desde 2002. Integrou ainda o Secretariado da FAUL de 2002 a 2004. Foi agora reeleita presidente da Comissão Política Concelhia de Odivelas.

## RUI PEREIRA SINTRA

VEREADOR na Câmara Municipal de Sintra com o pelouro do Desporto, Rui Pereira tem dedicado boa parte da sua vida ao PS e à política. Cedo se evidenciou na JS, organização onde ascendeu a secretário nacional ao longo de vários mandatos.

Rui Pereira foi responsável executivo, no âmbito do PS, por diversas campanhas eleitorais, desempenhando actualmente funções de adjunto no gabinete do secretário de Estado das Obras Públicas. Foi agora eleito presidente da Comissão Política Concelhia do PS de Sintra.



## SILVINO LÚCIO AZAMBUJA

PRESIDENTE da Freguesia de Aveiras de Baixo, no seu 5º mandato, Silvino Lúcio é também presidente da Comissão Política Concelhia desde 2001 e líder do PS na Assembleia Municipal da Azambuja, sendo ainda membro do Conselho Geral da Anafre.

Estudante universitário, Silvino Lúcio é vice-presidente da Associação de Bombeiros Voluntários de Azambuja, vice-presidente do Centro Social e Paroquial de Aveiras de Baixo e adjunto do presidente da Câmara



Municipal da Azambuja, tendo sido agora eleito presidente da Comissão Política Concelhia da Azambuja.

## MIGUEL COELHO LISBOA

MIGUEL Coelho é deputado na AR, onde é coordenador do PS na Comissão de Obras Públicas.

Recentemente reeleito presidente da Comissão Política Concelhia de Lisboa do PS, é também líder da bancada parlamentar socialista na Assembleia Municipal de Lisboa, membro efectivo da Comissão Política Nacional e da Comissão Política da FAUL e presidente da Assembleia de Militantes da Secção do Limoeiro.



## ANTÓNIO BRANCO MAFRA

LICENCIADO em Economia pelo ISE - Instituto Superior de Economia, Lisboa, António Branco é presidente da Comissão Política Concelhia do PS, em Mafra, desde 2003. Tem desenvolvido funções nos diversos órgãos autárquicos de Mafra: membro da Assembleia Municipal de 2001 a 2005 e vereador entre 2005 e 2008.

A sua carreira profissional está ligada às funções de ensino e funções técnicas, bem como de direcção ao nível da Administração Pública e de empresas privadas, no âmbito da consultoria económica e de gestão tecnológica e de inovação.



Actualmente desempenha funções de direcção em Instituto Público, tendo sido eleito presidente da Comissão Política Concelhia de Mafra.

## MARCOS SÁ OEIRAS

MARCOS Sá é actualmente deputado na Assembleia da República e líder da bancada socialista na Assembleia Municipal de Oeiras.

É licenciado em Ciências da Comunicação e pós-graduado em Gestão de Entidades Públicas e Autárquicas, Direito das Autarquias Locais e Marketing Político e Público. Actualmente, ensina na Universidade Nova de Lisboa.

No plano político-partidário, foi presidente da Comissão Política Concelhia da JS de Oeiras, membro do Secretariado da Comissão Política Concelhia de Oeiras do PS e fez parte



do Secretariado do PS/FAUL presidido por Joaquim Raposo. Foi agora eleito presidente da Comissão Política Concelhia de Oeiras.

## FERNANDO PAULO FERREIRA VILA FRANCA DE XIRA

LICENCIADO pela Faculdade de Direito de Lisboa, Fernando Paulo Ferreira é advogado.

Desempenhou funções de Adjunto e posteriormente de chefe de gabinete da presidente da Câmara de Vila Franca de Xira. Nesta autarquia é desde 2006 vereador com os pelouros da Habitação, Saúde e Acção Social; do Desporto e Equipamentos; e da Consultoria Jurídica e Contra-Ordenações.

Foi presidente da Concelhia da JS de Vila Franca de Xira e membro do Secretariado da JS/FAUL. Posteriormente foi coordenador da Secção do PS



de Vila Franca de Xira, tendo integrado as diversas Comissões Políticas Concelhias do PS. É ainda membro do Conselho Federativo de Jurisdição.

Foi agora eleito presidente da Concelhia de Vila Franca.

# Redução do IVA: “Uma boa notícia graças ao esforço

Nesta edição do “Acção Socialista” o ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva, responde às perguntas colocadas pelos nossos leitores sobre actualidade política nacional e partidária, bem como sobre as mais recentes iniciativas legislativas debatidas e aprovadas na Assembleia da República.

Com esta iniciativa inédita, o “AS” dá voz aos militantes do PS que directamente questionam um dos ministros mais carismáticos do actual Governo, e que dispõe de uma vasta experiência nos sectores da Educação e Cultura.

De Carla Rodrigues, Bragança

Uma boa notícia que hoje (quarta-feira, dia 26) foi anunciada: a descida de 1 por cento do IVA e que decorre do êxito do Governo do PS. A pergunta: para quando a aplicação de medidas que diminuam o fosso fiscal que neste momento existe nas regiões junto à fronteira com Espanha?

Uma boa notícia para todos, só possível graças ao esforço de todos. É bom termos presente que a redução em um ponto percentual do IVA é uma medida que se deve ao facto de, em 2007, termos saído finalmente da situação de défice excessivo em que nos encontrávamos há três anos quando chegámos ao Governo. 6,83 por cento: era então o valor do défice estimado pelo Banco de Portugal. Estamos agora perante uma redução orçamental sustentada, assente na redução da despesa e em reformas estruturais, como a reforma da segurança social ou a reforma da Administração Pública. Mais: pela primeira vez, a redução do défice foi acompanhada por crescimento económico e pelo desenvolvimento das políticas sociais, sem recurso a receitas extraordinárias. Quanto à última parte da sua questão, é evidente que não há nenhum Governo do mundo que não goste de reduzir impostos. Mas também não há nenhum Governo responsável que aceite comprometer a evolução saudável das finanças públicas. A seu tempo, e com dados seguros, analisaremos essas hipóteses, tal como fizemos agora. Os portugueses sabem bem que este é um Governo responsável.

De Mónica Cunha, de Oeiras

Que acções de formação estão previstas no âmbito do Partido Socialista?

É triste aceder ao site do Gabinete de Estudos do PS e vê-lo tão parado:

[www.ge.ps.pt/](http://www.ge.ps.pt/)

Percebo a sua questão: a formação política dos militantes é uma das principais funções dos partidos políticos. Mas penso que não têm faltado momentos de debate e formação política no PS. Pelo contrário. O Fórum Novas Fronteiras tem continuado a juntar, com grande frequência, socialistas e independentes em torno da apresentação e discussão das políticas públicas. Por outro lado, os vários membros do Governo e do Secretariado Nacional têm reunido com todas as estruturas

do partido em sessões plenárias, bastante participadas, aliás. O próprio “Acção Socialista” e o novo site do PS funcionam cada vez mais como modernos espaços de formação e informação dos nossos militantes. Reconheço, contudo, que é possível fazer mais e melhor a este nível, olhando desde logo para boas práticas de partidos nossos amigos da Internacional Socialista. Foi por isso, de resto, que no último congresso aprovámos uma moção que previa, durante o mandato desta direcção, a criação de um “think tank” resultante da experiência das Fundações historicamente ligadas ao Partido Socialista. A ideia é, como estará recordada, criar um espaço de formulação de políticas públicas e de formação de militantes e quadros na área da esquerda democrática. Neste momento está a ser conduzido o processo de fusão entre as Fundações Antero de Quental e José Fontana; e a nova fundação resultante desta fusão é que integrará o “think tank”, com uma tripla missão: realizar estudos sobre políticas públicas; promover conferências e debates; organizar acções de formação política.

“Não há reformas sem contestação, sem descontentamento. Isso faz parte da democracia e ainda bem que assim é”

De André Alexandre Trindade

Quero questionar o nosso ministro dos Assuntos Parlamentares sobre um assunto pouco tarimbado na opinião pública, isto é, a constituição de mais uma ordem profissional, desta vez, dos técnicos de serviço social, ou se preferir, assistentes sociais.

Os assistentes sociais, importantes actores na prossecução das finalidades do Estado, nomeadamente, na operacionalização das políticas sociais gizadas pelos órgãos governativos já ansiavam por um enquadramento profissional deste tipo. Mais responsabilidade, mais exigência, mais formação e mais clarividência para esta classe profissional são as grandes bandeiras deste acto. Em que ponto está o processo de constituição da Ordem Profissional dos Assistentes Sociais? Sabendo que o processo tem tido os naturais avanços e recuos gostaria de saber a opinião do sr. ministro sobre a importância e responsabilidade deste passo e que vantagens poderão ser operadas com o mesmo? Em que medida poderá suscitar mais respeito por este grupo profissional? Poderá haver mais visibilidade para o bom trabalho des-

tes profissionais a nível dos órgãos da comunicação social por oposição às sempre “más práticas” que os mesmos difundem maioritariamente? Que relação terão os códigos de ética e deontologia da profissão com o estatuto de ordem profissional? Eventualmente a ordem profissional fica constituída, temos mais uma associação pública: como está prevista a conversão dos actuais profissionais e dos que se li-



centem em Serviço Social em membros da ordem? Espero que seja obrigatório pertencer à ordem para exercer a profissão de técnico de serviço social como acontece com outras profissões como médico ou advogado.

Foi por iniciativa do PS que a Assembleia da República aprovou a Lei das Associações Públicas. Esta lei estabelece o quadro que

Foi por iniciativa do PS que a Assembleia da República aprovou a Lei das Associações Públicas. Esta lei estabelece o quadro que

# “Notícia para todos, só possível Orçamento de todos”



deverão respeitar as iniciativas conducentes à auto-regulação profissional, como é o caso da constituição da Ordem Profissional dos Assistentes Sociais, que refere nas suas questões.

**De André Almeida**

O socialista Augusto Santos Silva é actualmente ministro dos Assuntos Parlamentares, mas tem uma ampla experiência

**política governativa: foi secretário de Estado e ministro da Educação e depois da Cultura. Como vê o trabalho que este governo tem feito nestas duas pastas: a primeira a mais contestada do Governo a educação e a segunda que já teve de ser inclusive alvo de uma remodelação?**

Qualquer política sectorial é uma política de todo o Governo aplicada sob a respon-

sabilidade do respectivo ministro. Quanto à educação, é sempre alvo de “contestação”, como diz. Não há reformas sem contestação, sem descontentamento. Isso faz parte da democracia e ainda bem que assim é.

Mas se olharmos para o alcance do que já se fez, em apenas três anos, na área da educação – quer no Ministério da Educação, quer no Ministério da Ciência e do Ensino Superior – facilmente percebemos que as reformas vão no sentido certo. Melhorámos a

organização do sistema de ensino, com novos modelos de gestão e avaliação; a oferta escolar é hoje muito mais diversificada – a escola funciona até às 17h30, o inglês e o pré-escolar generalizaram-se, há mais cursos tecnológicos e mais alunos, e o ensino superior dá uma segunda oportunidade aos maiores de 23; depois, ao nível do apoio social, alargámos a acção social escolar e lançámos empréstimos aos estudantes do Superior

em condições particularmente favoráveis; estamos a modernizar o parque escolar, a concretizar o Plano Tecnológico da Educação e a reduzir o número de escolas com menos de dez alunos.

Para se medir o resultado das políticas seguidas, peguemos no exemplo da evolução das reprovações e desistências no ensino básico e secundário. No ano lectivo de 2006-2007 registaram-se as mais baixas taxas de retenção e desistência desde, pelo menos, 95-96. No conjunto do ensino básico, a taxa foi de 10,0 por cento contra 13,5 por cento no ano lectivo de 95-96 e 11,5 por cento em 2004-05; no conjunto do ensino secundário foi de 24,6 por cento contra 33,3 por cento em 95-96 e 31,9 por cento em 2004-05. Mais especificamente, olhando só para o 12º ano vemos que a taxa foi de 36,7 por cento, que compara com os 37,5 por cento em 95-96 e 49,1 por cento em 2004-05.

Na Cultura, estes três primeiros anos foram desde logo marcados pela superação de impasses antigos. Estou-me a lembrar da colecção da Berardo, que já foi visitada por mais de 300 mil pessoas, e da Casa da Música. Mas também do avanço nos museus do Côa e do Douro. O reforço das políticas públicas na área do cinema e audiovisual traduziu-se, por exemplo, na celebração de vários contratos entre o Ministério da Cultura e operadores de televisão e cinema, os quais permitiram dotar o Fundo de Investimento para o Cinema e Audiovisual de importantes meios financeiros. E está também aprovado pela Assembleia da República o novo Estatuto do Artista, que cria novos modelos de contratação e certificação para todos os profissionais do espectáculo, um primeiro passo no sentido de eliminar

um regime desajustado que deixava desprotegido este grupo social.

**De Cristina Rocha**

**O líder o PSD, Luís Filipe Menezes, defende o fim da publicidade na RTP. Qual a consequência que uma medida como essa teria na carga fiscal dos portugueses?**

A RTP, como qualquer empresa, precisa de estabilidade, não de ruído. Como já disseram várias personalidades do PSD, esta é mais uma proposta irresponsável do dr. Luís Filipe Menezes.

Em primeiro lugar, porque rasga o acordo de reestruturação financeira assinado, em 2003, entre o Estado e a empresa. Em segundo lugar, porque retira receita que estava ao serviço do pagamento da dívida; em terceiro lugar, porque iria onerar os contribuintes

com perdas na ordem dos 50 milhões.

**De Magda Lourenço, Porto**

**Como ministro dos Assuntos Parlamentares, tendo um posto privilegiado de todo o processo legislativo, como imputa os bons resultados económicos e orçamentais que se tem registado, por uma lado à medidas de carácter legislativo e por outro aos ganhos de eficiência e eficácia dos instrumentos já existentes.**

Ainda bem que me faz essa pergunta. A resposta a esta questão mostra bem a importância de termos maioria absoluta na Assembleia da República. Nesta legislatura, o Parlamento tem sido o palco privilegiado dos grandes debates e das grandes reformas.

Sem o contributo do Grupo Parlamentar do PS não teria sido possível sair da situação de défice excessivo. Foi no Parlamento que aprovámos importantes reformas: a reforma da segurança social, e a alteração à lei que cria o indexante dos apoios sociais; as reformas da administração pública:

a avaliação de desempenho, a mobilidade, o regime de vínculos, carreiras e remunerações e as alterações na ADSE, bem como as novas leis das finanças locais e regionais. Já nem falo nos Orçamentos de Estado. Perante todos estes diplomas legislativos, a oposição votou contra, mesmo partidos ditos de Governo como o PSD e o CDS (o CDS apenas se absteve nas finanças regionais). Mas, se calhar, até nem se pode acusar o PSD e o CDS de falta de coerência. Tanto quando estiveram no Governo como agora na Oposição, não deram qualquer contributo positivo para resolver a crise orçamental que o país atravessava.

“Nesta legislatura, o parlamento tem sido o palco privilegiado dos grandes debates e das grandes reformas. Sem o contributo do Grupo Parlamentar do PS não teria sido possível sair da situação de défice excessivo”

“O próprio “Acção Socialista” e o novo site do PS funcionam cada vez mais como modernos espaços de formação e informação dos nossos militantes”

## OPINIÃO



**MIGUEL LARANJEIRO**  
Deputado do PS  
laranjeiro@ps.parlamento.pt

*O têxtil de futuro tem futuro e a sua morte em Portugal foi uma notícia demasiado precipitada, irreflectida e errada, para bem de milhares de portugueses e da nossa economia*

## O FUTURO DO SECTOR TÊXTIL

O TÊXTIL de futuro tem futuro. E esse futuro passa por Portugal e por regiões como o Ave e o Cávado. É nessa dimensão que se deve ler o que está inscrito no “Plano Estratégico para o Sector Têxtil e Vestuário Português 2007-2013”, recentemente apresentado e promovido pela Associação Têxtil e Vestuário de Portugal (ATP). Com realismo, mas também com a ambição que é preciso ter nestes domínios, este plano elaborado pelo economista Daniel Bessa, e pelo director-geral da ATP, Paulo Vaz, pretende actualizar o anterior plano estratégico, tendo agora em conta o QREN e as vantagens, mas também os desafios, que este instrumento comunitário trará.

A presença do primeiro-ministro nesta apresentação tem a importância política de quem vê o sector do têxtil e do vestuário como fundamental para o crescimento da economia portuguesa e para a criação de emprego. Importa realçar que o sector tem sabido reagir de uma forma positiva, acomodando o desafio da globalização, da abertura de novos e mais desafiantes mercados. Um sector que emprega cerca de 180 mil pessoas de uma forma concentradamente regional, que tem um peso significativo na criação da riqueza nacional, que exporta 4,1 mil milhões de euros (2006), deve ser visto com uma atenção acrescida.

Perante as alterações globais que estavam em cima da mesa, duas opções eram possíveis para o têxtil nacional: desistir e desaparecer lentamente ou, como está a acontecer, lutar e reagir positivamente. Nos últimos anos, o sector soube olhar em frente e apostou na moda, na criação de marcas próprias, na qualificação dos recursos humanos, na inovação e na diversificação e diferenciação dos produtos, criando têxteis técnicos, mas também apostando na concentração e cooperação entre os diversos agentes, tornando-se num verdadeiro “cluster”. Foi esta visão que permitiu ao sector percorrer novos caminhos, novos produtos e novos mercados de crescente importância.

Mas não é só a actividade do sector que está a mudar. A sua própria imagem exterior está a sofrer alterações. O mesmo já tinha acontecido com o sector do calçado, tornando Portugal num país de produção de alta qualidade no que diz respeito aos produtos tradicionais.

Para a melhoria da imagem interna e externa muito contribuíram, desde logo, a dinâmica empresarial, a capacidade de investigação e incorporação tecnológica, mas também todos os agentes públicos e privados que defendem fortemente o sector. O Governo e a Assembleia da República, com a criação do Grupo de Trabalho para o sector têxtil, deram um contributo positivo para a mudança dessa imagem.

O primeiro-ministro deixou uma forte marca política nesta apresentação. Deixando claro a importância histórica do sector na industrialização do país, não deixou de olhar em frente e ver o futuro que a indústria têxtil comporta. Tendo em conta o novo quadro comunitário e a importância dos seus recursos para a promoção do investimento no sector são várias as soluções que os industriais do sector têm pela frente.

O Governo fez bem em apoiar o plano estratégico do têxtil. O têxtil, vestuário e o calçado são sectores que têm muito a dar ao país. Embora com realismo, pois as certezas nestes domínios mudam com facilidade, devemos olhar para estes sectores com a esperança e a confiança que o Plano Estratégico nos apresenta. Este plano aponta também um caminho de partilha mais consolidada entre o Norte de Portugal e a Galiza, reforçando uma euro-região, o Noroeste Peninsular, que tem papel estratégico para os dois países.

O têxtil de futuro tem futuro e a sua morte em Portugal foi uma notícia demasiado precipitada, irreflectida e errada, para bem de milhares de portugueses e da nossa economia.

## Gestão de entulhos mais exigente para promover qualidade ambiental

O NOVO regime jurídico da gestão de resíduos de construção e demolição (RCD) vai livrar Portugal de “montanhas de entulhos depositados em sítios impróprios”, permitindo que no nosso país haja mais qualidade ambiental. Esta é a ideia defendida por Francisco Nunes Correia, ministro do Ambiente do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, ao falar em Portalegre, onde apresentou o novo plano de gestão dos RCD, publicado em “Diário da República”, no passado dia 11 de Março.

Na ocasião, em que também inaugurou a Estação de Transferência e Tratamento de Resíduos de Construção e Demolição da Valnor, num investimento de 1,8 milhões de euros, Nunes Correia apontou as “três virtudes” desta nova acção: a “qualificação e melhoria do desempenho ambiental do sector da construção, a dinamização do mercado da reciclagem e a desburocratização dos procedimentos de gestão de fluxo dos RCD”.

Para o ministro, o novo regime permitirá ainda que Portugal esteja prevenido para quando sair a directiva europeia para o sector em causa.

Refira-se que a nova legislação obriga as empresas de construção e demolição a separar o entulho e enviá-lo para reciclagem ou aterro, regulando a gestão dos resíduos de construção e demolição desde o local de produção, garantindo a triagem e reutilização na própria obra, o encaminhamento para destinos finais autorizados e promovendo um tratamento que proporcione a produção de agregados reciclados capazes de serem utilizados na construção de estradas ou pavimentos rodoviários.

Segundo o Ministério do Am-



biente, o sector da construção civil é responsável por uma fracção muito significativa dos resíduos gerados no país, situação comum à generalidade dos estados da União Europeia no seio da qual se estima uma produção anual de 100 milhões de toneladas de RCD.

O novo regime estabelece uma cadeia de responsabilidades entre donos de obra, empreiteiros e câmaras municipais, de forma a assegurar um destino adequado aos resíduos.

Assim, esta legislação obriga a que as obras tenham um sistema de triagem para separar os resíduos ou, em alternativa, que o responsável de cada obra encaminhe os mesmos para um operador licenciado, a quem transfere a responsabilidade pela triagem e separação.

Para o aterro irão apenas os resíduos que tiveram uma triagem prévia e que não têm outro destino.

Assim, a partir de meados de Junho, os entulhos terão de ser reutilizados, sempre que possível, na própria obra que os gerou.

Isto aplica-se aos solos e solos movimentados nas construções, que podem ser reaproveitados em outras

obras, no enchimento de minas e pedreiras, ou na cobertura de aterros sanitários, por exemplo.

Por sua vez, os entulhos que não possam ser reutilizados deverão ser triados, separando-se por tipo de material.

Os recicláveis – como são as madeiras, embalagens e metais – devem ser encaminhados para este fim e só as sobras da triagem é que poderão ser depositadas em aterros.

### Taxa de gestão de resíduos mais baixa

Mas, as novidades do regime jurídico dos entulhos não se ficam por aqui. Nas obras públicas, os projectos passarão a incluir obrigatoriamente um plano de prevenção e gestão de RCD onde sejam identificados e quantificados os materiais que poderão ser reaproveitados, reciclados ou depositados em aterros.

O novo diploma reduziu ainda a taxa de gestão de resíduos que deve ser paga pela deposição dos entulhos em aterro.

Criada há dois anos, esta taxa era de cinco euros por cada tonelada. **M.R.**

## Rui Pereira anuncia reforço dos meios de segurança

### SEGURANÇA INTERNA

O MINISTRO da Administração Interna reiterou que o Governo vai reforçar os meios de segurança, nomeadamente com a abertura de dois cursos de formação para mil agentes da PSP e outros tantos da GNR, afirmando ainda que acredita num consenso alargado, designadamente com o PSD, no Parlamento, para a aprovação das Leis de Segurança Interna e de Organização da Investigação Criminal.

Rui Pereira falava em conferência de Imprensa, em São Bento, no final de uma reunião do Conselho Superior de Segurança Interna, que foi presidida pelo primeiro-ministro, José Sócrates.

Segundo referiu o ministro da Administração Interna, houve uma negociação “franca e construtiva” com o PSD sobre as Leis de Segurança Interna e de Organização da Investigação Criminal, mas “não se

chegou a acordo quanto a todos os pontos”.

“Como não era possível prolongar mais a aprovação desses dois importantes instrumentos legais, o Governo aprovou-os e remeteu-os para a Assembleia da República”, explicou.

Da parte do Governo, disse Rui Pereira, “esperamos que na Assembleia da República haja um diálogo construtivo sobre estas matérias de Estado da maior importância, tendo em vista um consenso alargado”.

Relativamente à cooperação com as autarquias em matéria de segurança, Rui Pereira referiu que o Governo já enviou uma proposta de contrato local de segurança à Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP), adiantando que houve depois “uma resposta muito positiva de várias autarquias portuguesas em relação a esses contratos”.

No entanto, Rui Pereira frisou que os protocolos “não serão iguais em

todos os municípios, porque cada autarquia tem as suas especificidades e as necessidades de segurança de cada uma são diferentes”.

Porém, acrescentou, “o Governo enviou um modelo geral de contrato local de segurança, que está a ser analisado pela ANMP e que depois será objecto de pormenorizações nos vários municípios”.

Ainda segundo Rui Pereira, está em curso uma revisão do regime das polícias municipais “tendente a simplificar os procedimentos de constituição dessas polícias”.

O governante disse ainda que o Governo fará uma aposta na video-vigilância que, em colaboração com as autarquias, será instalada em vários locais do país.

Rui Pereira lembrou ainda que, durante a presente legislatura, já foram admitidos cerca de mil agentes da PSP e que, no final de Maio, vão concluir a sua formação 1285 militares da GNR.

## PS pede audição de cinco entidades reguladoras



### OPINIÃO



MIGUEL GINESTAL  
Deputado do PS

*Portugal, no final do ano passado, já produziu 40 por cento da sua energia eléctrica com base em energias renováveis*

### DEFESA DO CONSUMIDOR

OS DEPUTADOS do PS da Comissão de Economia pediram a audição parlamentar da Autoridade da Concorrência, da Autoridade Nacional de Comunicações, da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos da Entidade Reguladora da Comunicação Social e da Entidade Reguladora da Água.

No requerimento em que se solicita as audições os socialistas explicam a razão desta iniciativa com a importância da política de

defesa do consumidor para a promoção dos direitos e para a melhoria das condições de vida dos cidadãos.

“As entidades reguladoras são organismos que têm como atribuições o acompanhamento de um dado sector de actividade, e em particular a regulação dos interesses contraditórios em presença”, referem os deputados do PS no documento, onde realça “a circunstância de algumas dessas estruturas terem também funções de fiscalização do mercado e do seu modo de funcionamento”.

Salientam ainda que “estas instituições têm uma exis-

tência recente na sociedade portuguesa, traduzindo por esse facto um salto qualitativo no modo como os poderes públicos, os operadores e os consumidores encaram a sua presença complementar num mesmo espaço económico e social”.

Os deputados socialistas propõem no seu requerimento que as audições sejam abertas aos deputados da Comissão de Poder Local, Ambiente e Ordenamento do Território, da Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações e da Comissão de Ética, Sociedade e Cultura.

## Açores com parque tecnológico pronto em 2010

O PRIMEIRO Parque Tecnológico dos Açores, a implantar na ilha de São Miguel, deverá estar concluído em 2010.

Segundo o Governo Regional liderado pelo camarada Carlos César, que já adjudicou a elaboração do projecto desta infra-estrutura, está em preparação a construção dos quatro edifícios principais do parque, que vão acolher centros de investigação de novas tecnologias, instituições públicas e privadas vocacionadas para a formação especializada em TIC (tecnologias de informação e comunicação), empresas de informática e telecomunicações e os serviços do Executivo da área da



ciência e tecnologia.

Mas, o futuro parque tecnológico não se fica por aqui e vai dispor, ainda, de espaços para congressos e exposições, bem como de

áreas destinadas à instalação de novas empresas que se venham a constituir por iniciativa dos jovens formados ou a partir dos próprios centros de investigação.

## A BIOENERGIA, UMA OPORTUNIDADE DE DESENVOLVIMENTO PARA O MUNDO RURAL

PARTICIPEI, entre 4 e 6 de Março, em representação da Assembleia da República, na Conferência Internacional das Energias renováveis, numa organização do Governo dos EUA em cooperação com o Conselho Americano para as Energias Renováveis, para debater um conjunto de matérias de incontestável actualidade e importância para os objectivos do desenvolvimento sustentável global, tais como segurança energética, alterações climáticas, qualidade do ar, políticas de desenvolvimento, e inovação tecnológica.

Integrado no programa dessa importante conferência decorreu uma reunião de legisladores, onde foi possível trocar experiências e ideias. É o pensamento que serviu de base à minha intervenção nessa reunião que quero partilhar com os leitores do “Acção Socialista”.

As energias renováveis são um tema de enorme actualidade. O aumento crescente do preço do petróleo e os dramas associados ao aquecimento global são problemas e preocupações da nossa sociedade, geradores de instabilidade e insegurança à escala mundial, a que não podemos estar alheios. São factores que relevam o papel indiscutível das energias renováveis no desenvolvimento sustentável do planeta.

Muito recentemente (10 de Janeiro), a Europa adoptou um vasto pacote sobre o binómio energia-clima, que promove a utilização de energias amigas do ambiente. Um passo importante em que são definidas metas ambiciosas para 2020, que contemplam a redução de 20 por cento das emissões de CO2 da UE e a incorporação de 20 por cento de energias renováveis na produção energética.

São medidas políticas importantes, que visam a criação de um mercado mais amplo para a bioenergia. Segundo a Comissão Europeia, o aumento de produção de bioenergia poderá criar cerca de 300 mil postos de trabalho, muitos dos quais em zonas rurais. De facto, a bioenergia pode ser um pólo de desenvolvimento rural através da biomassa florestal, da produção das culturas energéticas para a obtenção dos combustíveis vegetais (bioetanol e biodiesel) e ainda através do aproveitamento de resíduos e efluentes pecuários e das agro-indústrias para a produção de biogás. As metas da UE para 2020 prevêem o fomento do consumo de biocombustíveis nos transportes, para o qual é estabelecido um objectivo mínimo de 10 por cento, que se aplica a todos os

Estados-membros da UE.

Os governos e os parlamentos nacionais são determinantes na formulação das políticas que suportam os programas de desenvolvimento de cada país e região. O Parlamento português aprovou em Setembro de 2005 uma resolução sobre os tarifários a aplicar na produção de “energias verdes”, constituiu uma Comissão Parlamentar para o Acompanhamento das Questões Energéticas e tem em discussão, para aprovação, uma resolução sobre o aproveitamento das biomassas da actividade agrícola e agro-industrial e ainda uma outra resolução sobre a política de bioenergia.

Portugal, no final do ano passado, já produziu 40 por cento da sua energia eléctrica com base em energias renováveis. Recordo que a “Estratégia Portuguesa para a Energia”, adoptada em 2005, estabelece como metas para 2010, para a incorporação das energias renováveis no consumo nacional: 45 por cento na produção de electricidade e 10 por cento para os biocombustíveis nos transportes rodoviários (antecipando em 10 anos, neste último caso, a meta comunitária). Igualmente está em fase final de concurso o licenciamento da construção de Centrais Eléctricas de Biomassa Florestal para produção de 100 MW.

A bioenergia pode ser sinónimo de um melhor ordenamento do território, da criação de emprego em regiões desertificadas, da geração de riqueza em zonas deprimidas e da promoção da conservação da natureza e da biodiversidade, pela minimização dos incêndios florestais através da produção da biomassa florestal. Trata-se, pois, de “pensar global para agir local”.

O futuro da bioenergia só é possível dando passos seguros, com medidas políticas e critérios que assegurem uma agricultura que mantém a produção de alimentos de uma forma compatível com o desiderato bioenergético e a sustentabilidade económica do sector agro-alimentar. A aposta na bioenergia não pode motivar o aumento exponencial dos preços dos cereais, como tem acontecido em algumas zonas do globo!

Finalmente, a UNESCO designou 2008 como o “Ano Internacional do Planeta Terra”, as energias renováveis, e em particular a bioenergia, mais do que uma vontade política, devem, pois, ser parte de uma estratégia global para um planeta melhor, mais saudável e diria até mais sustentável, para as gerações vindouras.

# “Está definido o desenvolvimento sustentável”

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA, PRESIDENTE DA CÂMARA DE OVAR

**Empenhado no reequilíbrio financeiro do município de Ovar, Manuel Alves de Oliveira, presidente da Câmara, defende que um desenvolvimento sustentável exige acção e intervenção multissetoriais, orientadas por uma visão integrada dos problemas.**

**Após ter reduzido significativamente a dívida da autarquia em apenas dois anos de mandato, o autarca aponta para o rigor, a contenção e a atenção às necessidades concretas dos owarenses como chaves-mestras dos progressos alcançados.**

**Nesta entrevista ao “Acção Socialista” não esconde a satisfação de ter visto cair o desemprego no concelho, falando ainda da relação de cooperação convergente que o Executivo municipal tem mantido com o Governo do PS.**

MARY RODRIGUES

**De modo geral, quais os grandes desafios e as metas prioritárias do Município de Ovar desde que assumiu a presidência da autarquia?**

Ao assumir a presidência da autarquia estabeleceram-se metas ao nível da gestão e modernização da administração municipais, do planeamento e ordenamento do território, do desenvolvimento económico, da rede viária, transportes e acessibilidades, do ambiente e qualidade de vida, da reabilitação urbana, da habitação e acção social, entre outras.

A prioridade das prioridades que assumimos foi a de procurar o reequilíbrio financeiro das contas municipais.

A Educação tem sido igualmente um dos nossos objectivos prioritários. Temos consciência de que sem formação, sem conhecimento, sem competências, sem qualidade na acção educativa, não se constrói um futuro consistente.

A Cultura constitui outro dos vectores importantes da nossa acção. Uma das nossas carências nesta área passava pela falta de um equipamento cultural que possibilitasse a diversidade e o acréscimo de qualidade das iniciativas e da dinâmica cultural do concelho. Por isso, assumimos como prioritária e temos em curso a empreitada do Centro de Arte. Estamos a dinamizar também a Rede Museológica do concelho. Assumimos claramente uma política de valorização da identidade e do património, de que é exemplo a dinâmica do Atelier de Conservação e Restauro, onde a cerâmica e o azulejo se destacam.

No desporto, alcançámos um importante desiderato, que vinha já do anterior mandato: a Arena

Multiusos, com capacidade para acolher diversas modalidades desportivas, bem como iniciativas culturais.

Outra das nossas linhas estratégicas de intervenção tem sido o saneamento básico e as infra-estruturas. Com meios próprios temos vindo a alargar e renovar essas redes.

A reabilitação da rede viária tem sido outra das nossas principais prioridades, a par da Regeneração Urbana, da requalificação e valorização dos espaços públicos e do património ambiental.

Não ignoramos que o desenvolvimento exige intervenção em diferentes áreas, que se articulam entre si de modo integrado, apesar do volume de investimentos obrigar à indispensável selectividade. Aqui, “o verdadeiro é mesmo o todo”.

**Em que medida a nova Lei das Finanças Locais tem contribuído ou pode contribuir para concretizar esses objectivos?**

À nova Lei das Finanças Locais não correspondeu uma melhoria significativa das receitas municipais. Os resultados que alcançámos ao nível do endividamento, da redução das despesas correntes, foram consequência de uma acção consistente, rigorosa e criteriosa na gestão autárquica e da definição clara de objectivos na gestão e acção municipais.

Quando tomei posse, Ovar era uma das duas dezenas de câmaras que ultrapassavam o limite de endividamento. No entanto, em dois anos, conseguimos reduzir a dívida de curto prazo de quase 14 milhões de euros para pouco mais de três milhões, o que representa apenas 20 por cento de utilização da capacidade total de endividamento. Na dívida a longo prazo, conseguimos descer dos 11 para



cerca de 8 milhões de euros, o que corresponde a pouco mais de 40 por cento da nossa capacidade de endividamento.

É este o equilíbrio que estamos a tentar alcançar e a consolidar no tempo. É um equilíbrio difícil entre o rigor, a contenção e a satis-

fação legítima das aspirações dos municípios.

**De que forma a Câmara tem procurado promover a melhoria efectiva da qualidade de vida dos municípios?**

A qualidade de vida dos mu-

nícipes é o grande objectivo de qualquer gestão municipal. As apostas que temos vindo a fazer nos diferentes níveis e vectores da actividade municipal representam esse esforço.

Quando garantimos melhores condições de acesso à formação e

# Rumo que garante sustentável de Ovar”



tece, o ambiente ou a mobilidade como prioritários (possibilitando, por exemplo, mais de 20 quilómetros de ciclovias), quando criamos condições para devolver, com qualidade, as cidades, os espaços públicos ou as zonas ribeirinhas às pessoas, estamos a proporcionar qualidade de vida.

Quando reabilitamos a rede viária, requalificamos as avenidas de acesso às nossas praias (Cortegaça, Esmoriz, Furadouro), construímos habitação social para os mais carenciados (estão protocoladas 252 habitações no âmbito de um programa já em curso), ou aderimos, por exemplo, ao “Casa Pronta”, procurando partilhar a desburocratização dos serviços, estamos também assim a contribuir para a garantia da qualidade de vida.

## Qual é o ponto de situação do processo de reabilitação urbana a decorrer no concelho?

Numa perspectiva integrada, a Câmara Municipal de Ovar tem vindo a promover a reabilitação dos dois grandes pólos urbanos do concelho: Ovar e Esmoriz/Cortegaça. Nesta matéria, existe já trabalho realizado na recuperação da rede viária, na requalificação urbanística e ambiental de praças, largos e jardins e de beneficiação de equipamentos com o objectivo claro de promover o crescimento sustentado das cidades e garantir melhor qualidade de vida aos munícipes. Estamos a ultimar candidatura no âmbito da regeneração urbana que integre esse trabalho já realizado ou em curso e assuma a reabilitação urbana de modo estratégico e articulado, e que acolha diferentes contributos.

Sem prejuízo do trabalho já em curso, queremos pensar os nossos espaços urbanos e as nossas cidades como lugares com identidade, com sentido comunitário, onde as pessoas se sintam bem. Isso exige uma visão integrada.

É esse o trabalho que estamos já a fazer e que seguramente dará frutos, não só nas referidas cidades, mas em todas as freguesias do concelho. Convém referir que estamos atentos ao equilíbrio e à distribuição dos investimentos. Assimetrias não são desejáveis, apesar da diversidade e especificidades que são elementos importantes a preservar.

## Que avanços podem ser apontados em áreas caras aos socialistas como a qualificação, solidariedade, saúde, habitação, inovação, competitividade e o ambiente, por exemplo?

Os avanços nestas áreas têm sido vários. Além do programa para a

habitação social destinado a famílias carenciadas (e já em curso com a construção de 20 fogos, a aquisição de seis habitações e a conclusão de projectos para realojar habitantes dos bairros piscatórios), fomos dos primeiros municípios a implementar o Cartão Municipal do Idoso, e assumimos políticas sociais claramente orientadas para a terceira idade, os toxicodependentes e pessoas carenciadas.

Em breve, vamos inaugurar um balcão do Centro de Emprego na cidade de Ovar. Temos um centro “Novas Oportunidades” a funcio-

nalmente, o Polis da Ria constitua um importante plano estratégico de requalificação e valorização da Ria de Aveiro, integrando, como propusemos, a Barrinha de Esmoriz.

## No seu entender, a actuação do Governo tem ajudado ao desenvolvimento de Ovar?

Globalmente, a cooperação entre a Câmara Municipal e o Governo tem sido bastante profícua. A defesa da costa, por exemplo, era um problema premente. O Ministério do Ambiente já lançou a concurso as respectivas obras.

o sentimento de que nem todos entendem que a dedicação, o esforço, a determinação, a acção eficaz e esclarecida, a convergência nos objectivos devem sempre prevalecer sobre protagonismos pessoais ou “solipsismos doentios” e inoperantes. O importante é o contributo que damos para melhorar a vida das pessoas e para garantir desenvolvimento sustentado ao nosso concelho.

## Que repto, ao nível do exercício do poder local, se propõe assumir a curto e médio prazos?

Estou especialmente concen-



nar na nossa empresa municipal de formação especialmente vocacionada para o ensino profissional. Estamos ainda a dar especial atenção ao investimento, à inovação, ao emprego e temo-nos empenhado na área da saúde.

De salientar que no início deste mandato, por razões que são públicas, tínhamos um terço dos desempregados do Centro de Emprego de Aveiro. O nosso desemprego baixou 17,5 por cento graças a importantes investimentos e apesar da constante ameaça de novos despedimentos. Celebrámos protocolo com a AEP com vista à expansão do Europarque. Temos um protocolo com a Universidade de Aveiro para o Inovar e, recentemente, acordámos com a Associação Industrial do Distrito de Aveiro a abertura de um Gabinete de Apoio ao Empresário.

No que diz respeito ao ambiente, referiria o Parque Urbano da cidade e a Requalificação Ambiental de diferentes parques.

Acreditamos que, a nível gover-

Outros exemplos são o protocolo com o Ministério da Defesa, o Polis da Ria, assumido também pelo Ministério do Ambiente.

Ainda recentemente, em estreita articulação com a Secretaria de Estado da Justiça, foi implementado o serviço Casa Pronta na Conservatória de Registo Predial de Ovar e estamos a articular agora com a Secretaria de Estado da Modernização Administrativa a implementação de uma Loja do Cidadão no concelho.

No essencial, a cooperação, o diálogo, a convergência, o respeito pelas competências têm existido, com vista a encontrarmos as melhores soluções.

## Que balanço faz da experiência como autarca?

Globalmente positiva, apesar do trabalho árduo e das dificuldades. Com determinação, com rigor, temos vindo a concretizar as metas estabelecidas. E não são, muitas vezes, as dificuldades reais e o trabalho que mais desgaste provocam, mas

trado na concretização dos objectivos e prioridades definidos para o presente mandato. Ao longo da experiência de quase 20 anos no poder local, nunca assumi qualquer atitude de imposição dum vontade ou de um desiderato pessoais antecipadamente expressos. Sempre me limitei à disponibilidade para as propostas que o Partido Socialista entendeu apresentar-me, numa perspectiva de serviço público. É óbvio que tiveram a minha aceitação. Ontem, como hoje, não estou concentrado no futuro e sim no presente. Ou antes: preocupado e concentrado na acção que o presente exige, procurando garantir mais e melhor qualidade de vida à população do concelho de Ovar. E sabendo que, quanto melhor for o trabalho, melhores serão as condições para que, mesmo com outros intérpretes, se possa assegurar o futuro. E há boas razões para pensar que, no presente, está definido o rumo que garante desenvolvimento sustentável de Ovar.

à educação, melhores iniciativas e equipamentos culturais e desportivos, melhor acesso às tecnologias de informação e comunicação, práticas mais eficientes nos serviços públicos, estamos a promover mais qualidade de vida.

Quando elegemos, como acon-

## OPINIÃO

VENTURA LEITE  
Deputado do PS

jleite@ps.parlamento.pt

*Num quadro económico, social e político, em que a verdade muda da manhã para a tarde, ou de uma semana para outra, é difícil que a sociedade perceba o que é importante preservar, o que se deve mudar e o que se deve rejeitar*

## UM QUADRO POLÍTICO, SOCIAL, E ECONÓMICO ESTRANHO, IMPREVISÍVEL, PERIGOSO

HÁ QUEM, dentro do PS, não goste que se coloquem cenários pessimistas no horizonte, sobretudo quando é o PS que está no Governo!

Para tais pessoas, isso é matéria para analistas, empresários e cidadãos!

E porquê pessimismo?

Vários sinais são sobejamente conhecidos do cidadão:

- Subida vertiginosa e surpreendente do preço do petróleo.
- Valorização impressionante do euro face ao dólar (1 euro = 1,57 dólares americanos, quando escrevo este artigo), sem qualquer oposição das autoridades monetárias e/ou dos governos europeus.
- Condições climáticas desfavoráveis, com impacto significativo em alguns países grandes produtores de alimentos.
- Crise financeira nos Estados Unidos, afectando o sistema financeiro e a economia americana, com inevitável impacto na economia mundial.
- Expansão do comércio mundial com diminuição das exportações dos países mais desenvolvidos a favor dos novos gigantes económicos da Ásia.

São visíveis alguns dos reflexos deste quadro:

- Abrandamento do crescimento económico nos países mais desenvolvidos, resultando em pressão sobre o emprego.
- Aumento dos preços dos alimentos (há dias o exército egípcio foi chamado a intervir por causa de conflitos, com dezenas de mortos, em filas para a compra do pão, que tem que ser subsidiado pelo Estado face aos preços do trigo). Na Europa decidiu-se aumentar as quotas de leite (já houve, noutras épocas, excedentes a que não se sabia que destino dar!).
- Em Espanha, o gasóleo ultrapassou o preço da gasolina, não se sabendo o que se seguirá em termos do efeito nos custos dos transportes das pessoas e dos bens essenciais. Como vai ser em Portugal?

Mas, para os políticos, não há, aparentemente, nada de especialmente preocupante nestes factos e nas suas consequências. O que é verdadeiramente importante é explicá-los.

Por exemplo, as alterações climáticas parecem estar a ser finalmente explicadas.

“As consequências podem ser trágicas, mas o que importa agora é não dramatizar o assunto!”

Alunos agridem professores nas escolas portuguesas? O importante para alguns é encontrar uma boa explicação. Afinal de contas, isso

é um sinal dos tempos e também acontece noutros países. O que é importante é não dramatizar, pois isso pode conduzir-nos a medidas questionáveis!

Em 2000, devido a algumas greves e dificuldades nalguns países produtores de petróleo, o preço subiu a 34 dólares/barril, triplicando o valor de pouco mais de um ano antes.

O FMI alertava, num dos seus relatórios, que se o preço se mantivesse nesse patamar isso afectaria o crescimento mundial. A economia americana, que mantinha um crescimento impressionante, o período mais longo de crescimento da sua história, poderia abrandar.

Desde esse ano, até hoje, afinal um curtíssimo espaço de tempo, assistimos a desenvolvimentos significativos:

Deu-se a invasão vergonhosa e desastrosa do Iraque. Analistas, políticos e autoridades monetárias viram a economia americana abrandar, a europeia também, o preço do petróleo continuar a subir a par do alto crescimento da economia mundial.

Neste período, as alterações climáticas foram finalmente reconhecidas pelos políticos e a globalização foi-se tornando cada vez mais clara para empresas e políticos.

Impotente, a Europa assistiu à valorização do euro, o que mantendo as importações de petróleo artificialmente mais baratas do que para o resto do mundo impede as economias europeias de se ajustarem mais rapidamente à nova realidade do custo da energia.

No fim destes apontamentos pergunta-se: afinal, que políticos e analistas temos tido? Em quem podemos confiar minimamente?

É urgente perceber este gravíssimo problema, isto é, a incapacidade das forças políticas fornecerem, nestes dias, qualquer quadro de referência e confiança mobilizadores dos cidadãos.

Num quadro económico, social e político, em que a verdade muda da manhã para a tarde, ou de uma semana para outra, é difícil que a sociedade perceba o que é importante preservar, o que se deve mudar e o que se deve rejeitar.

Numa época assim, a sociedade parece condenada a viver oscilante entre a depressão e angústia de um lado, o PROZAC e o entretenimento televisivo, do outro.

A descrença na capacidade dos políticos torna-se, então, uma consequência normal.

Os países e as suas populações estão hoje preparados e mobilizados para os desafios de um futuro mais exigente, ou cada vez mais angustiadas perante a incerteza?

Em particular, os portugueses?

## PS quer inspecção à Câmara de Pombal por suspeitas de ilegalidades no urbanismo

OS SOCIALISTAS de Pombal vão pedir uma inspecção às obras da autarquia devido a “fortes suspeitas da prática de ilegalidades, de favorecimentos e de procedimentos irregulares, nas áreas do urbanismo”.

A decisão foi tomada depois de “dirigentes e autarcas do partido que suportam a Câmara Municipal” (PSD) terem acusado responsáveis técnicos da autarquia de irregularidades e os “seus próprios vereadores de promiscuidade com empresários locais”.

Segundo o camarada Adelino Mendes, presidente da Concelhia do PS/Pombal, esta estrutura do partido tem já “mais de uma dezena de processos suspeitos” para apresentar junto das autoridades competentes.

“Após a recolha de informação sobre alguns casos concretos, com fortes sus-



peitas de ilegalidades, vamos requerer à Inspeção-Geral da Administração Local (IGAL) a realização de uma sindicância a um conjunto de obras particulares, construídas nos últimos anos no concelho”, avançou, explicando de seguida que estas “suspeitas das ilegalidades prendem-se com o licenciamento de construções em Reserva Ecológica Nacional, ocupação dos espaços de cedência para o domínio público; incumprimento

de afastamentos; ausência de enquadramento com a envolvente e desigualdade de critérios na apreciação de projectos para o mesmo local”.

“Para já, estamos a recolher informações” até porque existem “suspeitas de favorecimento e de tráfico de influências”, acrescentou Adelino Mendes, que não exclui expor o caso à Procuradoria-Geral da República, caso sejam detectadas questões de ainda maior gravidade.

## Socialistas da Lousã satisfeitos com obra feita em Serpins

COM vista a contactar directamente com diversas entidades e verificar os trabalhos executados, auscultando também as aspirações das populações em áreas como as acessibilidades, indústria, desporto, saneamento básico, educação, acção social, turismo e cultura, a Comissão Política Concelhia (CPC) do PS/Lousã promoveu recentemente uma visita à Freguesia de Serpins.

Para o camarada Luís Antunes, presidente da CPC, esta iniciativa, que reuniu mais de 60 participantes, entre militantes e indepen-

dentos, bem como as visitas já efectuadas às outras cinco freguesias, “atesta bem a preocupação permanente do Partido Socialista com o desenvolvimento do nosso Concelho”.

“Depois de cumpridas as várias etapas em que se dividiu o projecto denominado ‘Rota das Freguesias’, verificamos, com satisfação, que os objectivos foram atingidos e que a concretização do projecto que o PS apresentou aos lousanenses está a ser gradual e consistentemente efectuada”, declarou o líder socialista da Lousã.

## PORTUGAL E ÍNDIA REFORÇAM APROXIMAÇÃO

### RELAÇÕES INTERNACIONAIS

CONVIDAR a visitar Portugal a presidente do Congresso Nacional Indiano e líder da coligação governamental, Sónia Gandhi, em nome do secretário-geral do PS, José Sócrates, e estreitar a cooperação entre partidos e países, foram os principais objectivos da visita de quatro dias a Deli do secretário Internacional do PS, José Lello.

A delegação do PS, composta também pelo director do Departamento Internacional e das Comunidades, Paulo Pisco, encontrou-se com vários membros do Governo que têm funções de relevo no Congresso Nacional Indiano, tendo resultado uma vontade expressa de aproximação entre os dois países e de intensificação da cooperação em vários domínios.

Destaque, neste contexto, para os en-

contros com o secretário Internacional do Congresso Indiano, Karen Singh, companheiro de Jawarlal Nehru e ex-Marajá de Caxemira, e as reuniões com os ministros da Ciência e Tecnologia, Kapil Sibal, e com os secretários de Estado da Indústria e dos Negócios Estrangeiros, respectivamente, Ashawani Kumar e Anand Sharman, entre outros.

Dos encontros, ficou acordado que iriam ser dados passos para aproximar os dois partidos e os dois países, quer com visitas mútuas quer com projectos concretos de cooperação.

Ashawani Kumar afirmou, inclusivamente, que gostaria que Portugal se tornasse um dos parceiros principais nos projectos de globalização da Índia, designadamente para que o nosso país se possa tornar uma porta de entrada para a Europa e para África.



# Socialistas reforçam democracia interna

**Continuamos neste número do "AS" a dar notícia sobre as eleições para as concelhias do Partido Socialista que se têm vindo a realizar de norte a sul do país. Nesta edição falamos das concelhias das federações do Baixo Alentejo, Viseu e Leiria. As eleições para estas estruturas vão prosseguir durante os próximos meses de Abril e Maio.**

NA CONCELHIA de Aljustrel, na Federação do Baixo Alentejo, saiu vencedora a lista liderada pelo camarada Nelson Brito, tendo concorrido aqui apenas uma lista.

Também em lista única, João Saleiro foi eleito, pela primeira vez, presidente da Concelhia de Almodôvar, enquanto no Alvito, Joaquim Santos continua a dirigir a Concelhia onde também concorreu em lista única.

Em Barrancos o novo presidente da Concelhia local é António Marcelo, que concorreu às eleições sem oposição, enquanto em Beja venceu a lista única liderada por António Loução, que se apresentou pela primeira vez como candidato à Concelhia local.

Em Castro Verde, foi a lista liderada por Leandro Gonçalves que venceu a Concelhia, sem que se tenha sido apresentada uma lista alternativa, o mesmo sucedendo na Concelhia de Cuba, onde Luís Santa Rita foi eleito presidente da Concelhia sem oposição.

Ferreira do Alentejo confirmou Aníbal Reis Costa como presidente da Concelhia local, que, tal como nas restantes concelhias desta Federação alentejana, não teve lista opositora.

Em Mértola, a vitória foi para a lista única de Mário Martins, o mesmo acontecendo em Moura, onde Álvaro Azedo ganhou sem oposição.

Em Odemira a vitória da Concelhia foi para a lista de Ricardo Cardoso, em Ourique para Pedro do Carmo, em Serpa para António Pereira e na Vidigueira para Mendes Pinto, concelhias onde não houve listas opositoras.

## Viseu

Na Federação de Viseu, apenas na Concelhia de Nelas se apresentaram duas listas às eleições para aquele órgão. Em todas as restantes, os militantes socialistas votaram para uma única lista.

Assim, em Armamar, ganhou a lista liderada por Américo Teixeira Moreira, em Carregal do Sal, a vitória foi para a lista de José Alberto Ramos Craveiro, em Castro Daire, a Concelhia foi ganha por José Fernando Carneiro Pereira, o mesmo tendo acontecido em Cinfães, onde Armando Silva Mourisco ganhou.

Para a Concelhia de Lamego, a vencedora foi a camarada Mariabel dos Santos Rocha Moutela, em Mangualde a vitória foi para Rui Jorge Figueiredo Costa, em Moimenta da Beira, onde também só se apresentou uma lista,

a vitória coube à lista de Isabel Maria Pinto, em Mortágua, a Concelhia foi ganha por Afonso Sequeira Abrantes, em Oliveira de Frades, ganhou a lista de Fernando Nunes Farreca, em Penalva do Castelo, ganhou Francisco Lopes Carvalho, em Resende, a vitória foi para o camarada Albano António Alves Santos, em Santa Comba Dão, a lista vencedora foi liderada por Leonel José Antunes Gouveia, em S. João da Pesqueira, a vitória foi alcançada pelo camarada Vladimiro Neves Rodrigues Silva, em Sátão, a vitória foi para Nuno Miguel Rocha Bartolo, em Tabuaço, a lista ganhadora foi liderada por Luís Aguiar Ferreira, em Tarouca, a vitória foi para o camarada Mário Caetano Teixeira Ferreira, em Tondela, a vitória foi para Luís Almeida Figueiredo e Sá. Finalmente, em Viseu, a Concelhia local foi ganha pela lista de João Paulo Loureiro Rebelo.

Quanto à Concelhia de Nelas, onde se apresentaram duas listas concorrentes às eleições, saiu vencedora a lista A liderada pelo camarada Adelino José Borges Amaral, com mais de 90% dos votos, tendo derrotado a lista B, que foi era liderada por Francisco Almeida Cardoso.

## Leiria

Na Federação de Leiria, para a Concelhia de Alcobaça concorreram duas listas, tendo a lista B, encabeçada pelo camarada José Carvalho Pedrosa derrotado a lista A, de Alzira Henriques, por 55 % contra 45%.

Na Nazaré, concorreram três listas. A lista A, liderada por Vítor Esgaio, saiu vencedora, tendo a lista B sido encabeçada pela camarada Isabel Vigia e a lista C por Walter Chicharro.

Nas restantes concelhias desta Federação do PS apenas se apresentou uma única lista, tendo em Ansião ganho Silvério Domingues, na Batalha, Carlos Repolho, no Bombarral, Fialho Marcelino, nas Caldas da Rainha, Jorge Sobral, em Castanheira de Pêra, Fernando Lopes, em Figueiró dos Vinhos, Carlos Lopes, em Leiria, Odete João, na Concelhia da Marinha Grande, Teresa Coelho, em Pedrógão Grande, Paulo Alexandre, em Peniche, João Paulo Teófilo, em Pombal, Adelino Mendes e em Porto de Mós, Rui Neves. **R.S.A.**

No próximo número do "Acção Socialista" continuaremos a dar-lhe conta das eleições para as comissões políticas concelhias

## OPINIÃO



**MANUEL JOSÉ RODRIGUES**  
Deputado do PS

*As modificações introduzidas no Tratado de Funcionamento da UE correspondem, de um modo geral, à necessidade de adaptar as suas disposições aos novos procedimentos de decisão e aos novos instrumentos jurídicos*

# “A UNIÃO SUBSTITUI-SE E SUCEDE À COMUNIDADE EUROPEIA”\*

NÓS, cidadãos portugueses e os cidadãos europeus, em geral, temos a noção de que a União Europeia é uma entidade abstracta, afastada do nosso quotidiano e que pouco tem a oferecer ao nosso bem-estar e à solução dos nossos problemas e das nossas dificuldades do dia-a-dia. Prova disso é o alheamento do cidadão europeu face às eleições para o Parlamento Europeu, traduzido numa elevada abstenção naquele acto eleitoral. Mais reais, porque nos tocam directamente, são as notícias sobre os aumentos dos preços das matérias-primas e dos bens de primeira necessidade, combustíveis, cereais, leite, entre outros.

O Tratado de Lisboa, conquista indiscutível da diplomacia portuguesa, vem consagrar a Política Comercial Comum, reconhecendo-a como uma competência exclusiva da União. São também reforçadas as medidas destinadas a estabelecer o mercado interno e a assegurar o seu funcionamento. “A Comissão orientar-se-á pela necessidade de evitar perturbações graves na vida económica dos Estados-membros e de assegurar o desenvolvimento racional da produção e a expansão do consumo da União” (artigo 32º, alínea d) do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia). Deste modo, há uma acção reguladora que é real, por parte da União Europeia, no estabelecimento de quotas de produção que actuam directamente sobre os preços, contribuindo, desta forma, para a correcção das imperfeições do mercado, através do controlo dos excedentes, agindo directamente na fixação dos preços. A União Europeia consolida, desta forma, a sua influência directa na definição dos preços a nível internacional. Além disso, o Tratado de Lisboa, que entrará em vigor em 1 de Janeiro de 2009, após a ratificação dos 27 Estados-membros, dá especial ênfase às políticas que beneficiam directamente os cidadãos: novas disposições relativas à promoção de um elevado nível de emprego; garantia de protecção social; combate à exclusão social e erradicação da pobreza; elevado nível de educação, formação e saúde; eliminação de todos os tipos de discriminação e promoção da igualdade entre homens e mulheres; reforço do desenvolvimento sustentável e protecção do ambiente, incluindo a luta contra as alterações climáticas; reafirmação da coesão económica e social e introdução do novo conceito de “coesão territorial” como objectivo da União.

Por outro lado, o Tratado de Lisboa reforça de forma significativa o papel do Parlamento Europeu, única instituição europeia directamente eleita pelos cidadãos, por exemplo através da eleição do presidente da Comissão e, de uma forma geral, tornando-o um co-decisor em quase todos os domínios da política da União. Também o Tratado da UE estatui, no ponto 3 do artigo 3º, que:

“A União estabelece um mercado interno. Empenha-se no desenvolvimento sustentável da Europa, assente num crescimento económico equilibrado e na estabilidade dos preços, numa economia social de mercado altamente competitiva que tenha como meta o pleno emprego e o progresso social, e num elevado nível de protecção e de melhoramento da qualidade do ambiente. A União fomenta o progresso científico e tecnológico. (...)”

A União promove a coesão económica, social e territorial, e a solidariedade entre os Estados-membros”.

O Tratado de Lisboa, num modelo que regressa à revisão tradicional dos Tratados e abandona a ideia de Constituição em sentido formal, concentra numa só entidade a União Europeia (UE) e a Comunidade Europeia, dando corpo ao consenso dos Estados-membros quanto ao modelo de integração a seguir. Deste modo é agora afastada a ideia de “Comunidade” e consolidado o conceito de União Europeia, a quem é conferida a personalidade jurídica. O termo “Comunidade” é definitivamente substituído por “União” e é explícito que os dois tratados constituem a base sobre a qual a União é fundada.

Assim, o Tratado de Lisboa modifica o Tratado da União Europeia (ou Tratado da UE – originalmente, Tratado de Maastricht) e o Tratado que institui a Comunidade Europeia (ou Tratado da CE – originalmente, tratado de Roma de 1957). O Tratado da UE conserva o seu nome, e o Tratado da CE transforma-se em Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, passando a União Europeia a ter personalidade jurídica própria.

O Tratado de Lisboa não aumenta as atribuições e competências da UE, limitando-se o novo texto a estabelecer uma base jurídica precisa para essa intervenção. Com efeito, as modificações introduzidas no Tratado de Funcionamento da UE correspondem, de um modo geral, à necessidade de adaptar as suas disposições aos novos procedimentos de decisão e aos novos instrumentos jurídicos.

Desta forma, não obstante continuarem a existir dois Tratados distintos, a fusão na União Europeia, das duas entidades até aqui sobrepostas (Comunidade Europeia e União Europeia) constitui um grande progresso em termos de transparência e perceptibilidade da realidade europeia e aumentará a eficácia e a visibilidade da acção da UE no domínio internacional, pondo fim a uma situação confusa em que a União Europeia é reconhecida como a entidade comum por todos, quando na realidade quem goza de personalidade jurídica explícita é a Comunidade Europeia.

Finalmente, voltando às mudanças mais significativas no plano económico, ressaltam as atinentes à política agrícola e à política da pesca, nomeadamente ao nível do processo de decisão: aplicar-se-á o processo legislativo ordinário à adopção dos actos legislativos que estabelecem as regras das organizações comuns dos mercados agrícolas, bem como as outras disposições necessárias à prossecução dos objectivos da política comum da agricultura e da pesca.

Isto significa que as linhas de orientação das políticas comuns da agricultura e da pesca passarão igualmente a ser definidas pelo Parlamento Europeu, e não deixadas apenas aos ministros da agricultura. Mas, em contrapartida, a definição dos preços, dos direitos niveladores, das ajudas e das limitações quantitativas, bem como a repartição das quotas de pesca, inserem-se nos actos executivos, sendo da responsabilidade do Conselho através de regulamentos ou de decisões de execução.

\*Tratado de Lisboa – Tratado da União Europeia, Artigo 1.º, 2) a)

## OPINIÃO



**LUÍS MIGUEL FERREIRA**  
lferreira2@gmail.com

*Sem a execução do Plano Tecnológico o país, hoje e passados três anos, não seria o mesmo*

## A POLÍTICA IMPORTA!

HÁ QUEM julgue que a acção política não faz mudar coisa nenhuma, que é indiferente irmos por um lado ou por outro, que os governos e as suas opções políticas são todos iguais. Eu não penso nada assim! E há muitos exemplos que demonstram precisamente o contrário.

Ora, o facto deste Governo ter posto em marcha um programa da dimensão do Plano Tecnológico, teve impacto directo naquilo que vai ocorrendo no país em termos, por exemplo, de disseminação de tecnologia, de acesso à Internet em banda larga e de utilização efectiva de computadores e de Internet. Senão observe-se alguns factos:

A consultora IDC referiu em meados de Fevereiro deste ano que as vendas de computadores pessoais (PC's) em Portugal tiveram um forte crescimento no quarto trimestre de 2007, subindo 71,6 por cento em relação ao período homólogo, tendo sido mesmo o mais elevado crescimento no contexto Europeu. Para este resultado, a consultora aponta o Plano Tecnológico como grande impulsionador, sublinhando a importância do programa e-escola e do PT-Educação para fazer aumentar as taxas de penetração da Internet em Banda Larga num conjunto mais alargado de novos consumidores.

Por outro lado, a Anacom na sua Informação Estatística do Serviço de Acesso à Internet publicada já em Março, apontava para Portugal uma taxa de crescimento dos clientes de Banda Larga móvel na ordem dos 88 por cento verificada apenas nos últimos 11 meses de 2007. No total, o número de ligações Banda Larga em Portugal (fixa e móvel) ultrapassa já os três milhões, sendo certo que, muitas dessas ligações são partilhadas por mais do que um utilizador. Na minha própria casa, por exemplo, isso é uma realidade.

Ora, até ao momento, ao abrigo do programa e-escola, foram entregues a alunos do Ensino Secundário, a formandos "Novas Oportunidades" e a professores mais de 110 mil computadores portáteis e ligações à Internet em Banda Larga móvel, num universo de 750 mil para os quais se dirige este programa. E é óbvio que isto está a mudar o rumo que o país levava em relação a esta matéria, permitindo que mais cidadãos viessem a usufruir do acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação e à Internet em Banda Larga. Isto é decisivo para que o nível de qualificação dos portugueses aumente.

Não é difícil concluirmos, portanto, que sem a execução do Plano Tecnológico o país, hoje e passados três anos, não seria o mesmo. Os números actuais são, portanto, uma má notícia para quem não acredita nem quer acreditar que as opções políticas, de facto, importam. E de que maneira!

## Índice de sucesso escolar no superior melhora

FRUTO da política que o Governo vem prosseguindo de grande aposta na educação e ciência, Portugal melhorou no índice de sucesso escolar no ensino superior, registando em 2006 um valor de 69 por cento, quase igualando a média registada nos países da OCDE, que é de 70 por cento.

Estes dados apurados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, e que deverão ser publicados em Setembro próximo pela OCDE, revelam que Portugal registou em apenas dois anos um aumento de resultados na ordem dos três pontos percentuais, uma vez que em 2004 o mesmo indicador apontava para uma cifra de 66 por cento.

O índice de sucesso é um indicador de sucesso escolar adoptado pela OCDE que corresponde à proporção de diplomados no ensino superior num determinado ano, em relação aos inscritos pela primeira vez no 1º ano desse curso "n" anos antes.

Este indicador permite estimar, para um determinado grau de ensino, o



número de alunos inscritos no 1º ano que obtiveram o seu diploma rigorosamente dentro do período de duração estabelecido para aquele grau.

Quanto mais o resultado desse indicador se aproximar dos 100 por cento, mais eficácia tem o sistema, na medida em que ocorrem menos perdas.

A OCDE divulga anualmente, em Setembro, os resultados do índice de sucesso escolar na publicação "Edu-

cation at a Glance" ("Panorama sobre a Educação"). Na sua última edição, de 2007, são apresentados os dados relativos a 2004, verificando-se que os países com valores mais elevados são o Japão (90 por cento), a França (79 por cento) e a Irlanda (78 por cento). No extremo oposto, com resultados mais baixos, surgem a Nova Zelândia (50 por cento), a Grécia (56 por cento) e a Suécia (61 por cento).

## Mais serviços hospitalares para melhorar cuidados de saúde mental

ASSEGURAR o acesso equitativo a cuidados de saúde mental de qualidade a todas as pessoas com problemas de saúde mental do país, sobretudo as que pertencem a grupos especialmente vulneráveis é um dos objectivos centrais do Plano Nacional de Saúde Mental, cuja resolução aprovada pelo Governo foi já publicada em "Diário da República".

Segundo o plano, que prevê também a criação de unidades de tratamento para perturbações do comportamento alimentar, serão três os hospitais psiquiátricos que terão, ao longo dos próximos cinco anos, serviços de internamento para doentes inimizáveis e "difíceis".

Assim, os serviços regionais de internamento para este tipo de pacientes psiquiátricos serão criados nos hospitais Júlio de Matos (Lisboa), Sobral Cid (Coimbra) e Magalhães Lemos (Porto).

Segundo o Plano Nacional de Saúde Mental, serão igualmente criadas três



unidades de tratamento para perturbações do comportamento alimentar em hospitais gerais, em zonas ainda a determinar nas regiões de Lisboa, Centro e Norte.

Recorde-se que o Plano Nacional de Saúde Mental resulta do trabalho da Comissão Nacional para a Reestruturação dos Serviços de Saúde Mental, criada em Abril de 2006.

De acordo com a tutela do sector, este plano, que será aplicado até 2016, é "um instrumento para a concretização de uma estratégia nacional a ser implementada de forma multis-

sectorial por parte de várias entidades ministeriais, bem como um instrumento de gestão adequado que permite responder às necessidades identificadas na área da saúde mental".

Para a reestruturação dos hospitais psiquiátricos, a estratégia definida

no plano prende-se com uma atenção especial "às necessidades prioritárias de cuidados das populações", bem como "à evidência científica disponível quanto à efectividade dos diferentes modelos de intervenção", e à "defesa dos direitos das pessoas com problemas de saúde mental".

Assim, o plano procura "promover e proteger os direitos humanos das pessoas com problemas de saúde mental" e "reduzir o impacto das perturbações mentais e contribuir para a promoção da saúde mental das populações". **M.R.**

## Associações podem ser constituídas na hora

NA SEQUÊNCIA do plano de expansão do serviço "Associação na Hora", foram inaugurados recentemente mais 17 novos postos de atendimento em vários pontos do país.

Com a "Associação na Hora" passou a ser possível constituir uma associação num único balcão e de forma imediata.

Assim, deixou de ser necessário obter, previamente, o certificado de admissibilidade da firma, junto do

Registo Nacional de Pessoas Colectivas, bem como celebrar uma escritura pública, o envio físico dessa escritura ao Ministério Público, o seu depósito no Governo Civil e as publicações no "Diário da República".

Por outro lado, a associação recebe imediatamente o cartão definitivo de pessoa colectiva e é-lhe comunicado o número de identificação da Segurança Social, a certidão do acto constitutivo da associação e os

respectivos estatutos. Também o acto constitutivo e os estatutos são publicados de imediato no sítio [www.mj.gov.pt/publicacoes](http://www.mj.gov.pt/publicacoes), de acesso público e gratuito, e é ainda atribuído registo de domínio na Internet.pt à associação.

De salientar que esta funcionalidade é assegurada pela Fundação para a Computação Científica Nacional e é gratuita durante o primeiro ano de vida da associação.

# “Acção social tem sido uma das prioridades da autarquia”

JOSÉ BARBOSA MOTA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPINHO

A requalificação urbana, nomeadamente na zona da beira-mar, e a construção de equipamentos desportivos e culturais têm sido as apostas do município de Espinho para potenciar o turismo no concelho, afirma José Barbosa Mota. Em entrevista ao “Acção Socialista”, o presidente da Câmara refere ainda que a acção social, as vias de comunicação, o ensino e o desporto têm constituído as áreas prioritárias de intervenção ao longo do seu mandato.

**Que marcas tem deixado a sua liderança na Câmara de Espinho?**

Ao longo destes 14 anos imprimimos um forte dinamismo em todas as áreas, tornando este concelho uma terra de progresso. Apostamos na qualidade de vida e concluímos que esse objectivo só podia ser conseguido através de uma opção estratégica que tivesse nos serviços o seu motor fundamental.

**Quais têm sido as áreas prioritárias de intervenção do município?**

Acção social especialmente através da Associação Desenvolvimento do Concelho de Espinho (ADCE); vias de comunicação quer rodoviárias quer ferroviárias; área escolar e desportiva

**Qual o principal problema com que o concelho se debate?**

De momento um dos problemas mais preocupantes é o desemprego.

**Área turística por excelência, que iniciativas tem levado a cabo a câmara para potenciar esta riqueza sem afectar o ambiente e a área urbana?**

Requalificação urbana, nomeadamente na zona da beira-mar. Construção de equipamentos desportivos e culturais que permitam o turismo de cultura/desporto, para além do turismo de Sol e Mar. A manutenção de um grande equilíbrio em termos urbanísticos, não permitindo exageros no que diz respeito à construção em altura. Uma boa programação de actividades culturais e desportivas ao longo dos 12 meses do ano.

**Quais os principais parâmetros em que assenta o Plano de Actividades da Câmara para 2008?**

O Plano de Actividades 2008 reflecte as opções estratégicas há muito traçadas e anunciadas de requalificação urbana, de melhoria das acessibilidades, de melhoria do parque escolar, de melhoria do parque desportivo.

**Como pensa a autarquia aproveitar os fundos comunitários no âmbito do QREN?**

Esta autarquia sempre tem feito



“Ao longo destes 14 anos imprimimos um forte dinamismo em todas as áreas, tornando este concelho uma terra de progresso”

“Esta autarquia sempre tem feito um óptimo aproveitamento dos fundos comunitários”

um óptimo aproveitamento dos fundos comunitários que, diga-se de passagem, são muito escassos se tivermos em conta as nossas necessidades, e é mais uma vez o que irá acontecer. Nomeadamente, ao nível do parque escolar.

**Qual a sua opinião sobre a Lei das Finanças Locais?**

Continuo com a ideia de que em relação a Espinho não trouxe nada de significativo, embora admitindo que noutros concelhos do país possa ter acontecido o contrário.

**Quais as principais iniciativas que o seu Executivo tem programadas até ao final do mandato?**

Conclusão da obra de enterramento da linha-férrea e respectiva requalificação à superfície. Conclusão da nova Biblioteca Municipal; conclusão do novo Pavilhão Desportivo de Anta; conclusão do Fórum de Arte e Cultura de Espinho (FACE). Construção de habitação unifamiliar a preços controlados. Desenvolvimento de diversos projectos na área escolar. Renovação do espaço da feira semanal.

## Sócrates assina 27 contratos de apoio às empresas



GOVERNO PRESENTE EM VISEU

**O primeiro-ministro, José Sócrates, concluiu no dia 30, em Viseu, a iniciativa Governo Presente com a assinatura dos primeiros contratos de incentivos às empresas, que terão um apoio de 19,8 milhões de euros no âmbito do QREN, e a entrega de computadores a pessoas portadoras de deficiência.**

NA CERIMÓNIA de assinatura dos contratos, que teve lugar na Escola Superior de Tecnologia de Viseu, José Sócrates fez um forte apelo ao investimento das empresas e à valorização da formação e reconhecimento das competências. “O investimento das empresas é o desafio mais importante para 2008”, salientou o primeiro-ministro.

Este sistema de incentivos às empresas valoriza especialmente o empreendedorismo feminino e o empreendedorismo jovem que beneficiam de majoração.

A nível de empreendedorismo feminino são apoiados nove projectos, a que correspondem um investimento elegível de 12,2 milhões de euros e apoios do QREN de 7,9 milhões de euros.

Em termos de empreendedorismo jovem, foram aprovados sete projectos no valor global de 3,2 milhões de euros e com incentivos de 2,96 milhões de euros.

Noutro âmbito, José Sócrates presidiu a uma sessão do programa “Novas Oportunidades”, onde procedeu à entrega dos primeiros computadores destinados a pessoas portadoras de deficiência e a alunos dos 11º e 12º anos. Até agora apenas professores e alunos do 10º ano estavam abrangidos.

“Não podia haver nada mais tocante do que isto: o Estado e as empresas a distribuírem equipamento especial a pessoas especiais”, disse o chefe do Governo, que reafirmou ser a qualificação “a área em que o país mais precisa de melhorar”.

Neste momento, sublinhou, há mais de 400 mil portugueses inscritos no programa “Novas Oportunidades”.

**Investimento de 740 milhões de euros auto-estrada no Centro**

Por outro lado, o primeiro dos

dois dias da visita do primeiro-ministro a Viseu ficou marcado pela cerimónia em Mortágua de lançamento da concessão da Auto-estrada do Centro.

Segundo sublinhou Sócrates, o investimento do Estado de 740 milhões de euros na construção de 184 quilómetros de auto-estrada no Centro “não é apenas solidariedade nacional, mas confiança na economia da região”.

Referindo que “o país necessita da energia da economia do centro a contribuir melhor para a economia nacional”, o primeiro-ministro salientou que por ser “um investimento importantíssimo para todo o país, é lançado por concurso público ligado ao Estado”.

No mesmo concurso público, o Estado concessionaria a substituição do IP3 e a construção de troços do IC2 e do IC12, ligando através de vias com perfil de auto-estrada as capitais dos distritos de Coimbra, Viseu e Aveiro.

Este investimento significa, segundo José Sócrates, três coisas. “Melhoria da qualidade de vida das populações, um forte impulso à competitividade da economia da região e, naquele que no fundo é o primeiro objectivo, salvar vidas”.

O primeiro-ministro deslocou-se ainda ao município de Oliveira de Frades, onde lançou a primeira pedra da unidade de produção de aerogeradores da Martifer e inaugurou uma unidade industrial para fabrico de torres eólicas, fábrica que foi recentemente remodelada e ampliada e cujas obras representaram um investimento de 13,2 milhões de euros.

Neste Governo Presente, José Sócrates esteve ainda presente num jantar com autarcas e numa reunião no Governo Civil, onde estiveram presentes as várias “forças vivas” do distrito.

## OPINIÃO

**CARLOS ZORRINHO**  
Coordenador nacional da  
Estratégia de Lisboa e do Plano  
Tecnológico

## GERAÇÃO DE IDEIAS

O GOVERNO tem demonstrado coragem, ousadia e eficácia na concretização das suas políticas. Essa eficácia contrasta com a imagem de desagregação e volatilidade das oposições e explica o facto de mesmo em contexto de mudança estrutural agressiva, a governação continuar a manter elevados índices de aprovação na sociedade portuguesa.

A supremacia reconhecida no domínio da concretização de medidas de modernização para o país, não nos deve no entanto distrair da importância a dar a um outro patamar fundamental de combate – o patamar das ideias e do aprofundamento da qualidade da democracia.

A insinuação mais ou menos explícita de que os partidos políticos tendem a asfixiar a dinâmica da sociedade civil, tem vindo a fazer o seu caminho um pouco por todo o mundo e também em Portugal.

Esta afirmação deve no entanto ser contextualizada. Por um lado desafia os partidos políticos a modernizarem-se, abrirem-se cada vez mais à sociedade, atraírem para o seu seio os melhores e os mais mobilizados. Por outro lado, alerta-nos para o facto de que os partidos políticos são a essência da sociedade democrática e de que a democracia não se aprofunda contra os partidos, mas sim com eles e através deles.

O Partido Socialista tem sido pioneiro na ligação dos partidos políticos à sociedade civil. Movimentos como o Fórum Alentejo, de que tive o gosto de ser um dos promotores, os Estados Gerais, as Novas Fronteiras e mais recentemente o Geração de Ideias que mobilizou centenas de jovens quadros de diversos sectores da nossa sociedade, são fundamentais para impedir o fechamento dos partidos sobre si próprios e ao mesmo tempo para desafiar as elites empreendedoras para a participação na vida democrática através dos partidos políticos.

A dinâmica da política moderna tem ciclos diversos e exige respostas cada vez mais concretas e focalizadas. No entanto, quando temos em conta o ciclo longo da transformação social, são as ideias fortes e consistentes que prevalecem. São essas ideias que fazem a diferença e que têm feito e vão continuar a fazer do PS o partido estruturante da democracia portuguesa.

“O Partido Socialista tem sido pioneiro na ligação dos partidos políticos à sociedade civil”



# Descida do IVA é a única que favorece as pessoas de rendimentos mais baixos

DEBATE QUINZENAL  
DE 28 DE MARÇO

**A descida do IVA é mais justa socialmente do que uma redução do IRS, porque abrangerá o sector da população que tem mais fracos rendimentos, afirmou o primeiro-ministro, José Sócrates, no debate quinzenal no Parlamento, onde desafiou os partidos de direita a reconhecerem que os seus governos fracassaram na consolidação orçamental.**



“O IVA beneficiará todos, mesmo os cidadãos que não pagam IRS”, sublinhou primeiro-ministro, que invocou “prudência” para justificar a sua recusa em descer já o IVA em dois pontos percentuais.

“Tomara eu poder já descer em dois por cento a taxa máxima do IVA”, declarou José Sócrates em resposta a uma intervenção do vice-presidente da bancada socialista Afonso Candal.

José Sócrates reiterou que “os portugueses podem agora ter a certeza que, em matéria de contas públicas, a casa agora está em ordem”.

Além dos elogios aos resultados do processo de consolidação orçamental registados nos últimos três anos, o primeiro-ministro, assim como o líder da bancada do PS, Alberto Martins, aproveitaram para atacar os resultados desastrosos das políticas económicas dos governos de coligação PSD/CDS/PP.

Alberto Martins lembrou que “a direita obrigou os portugueses a fazerem uma vénia cuja curvatura foi 6,83 por cento de défice”.

Afonso Candal realçou ainda a importância da acção do Governo do PS para os resultados obtidos que hoje nos permitem baixar impostos. A oposição, ao contrário, esteve sempre contra as reformas essenciais para estes resultados (nas finanças locais e regionais, na segurança social e na reforma da administração pública).



A seguir, José Sócrates lembrou que o processo de consolidação orçamental seguido pelo Governo “não se baseou em receitas extraordinárias ou em contabilidades criativas”.

Segundo explicou o chefe do Governo, “este défice de 2,6 por cento em 2007 não foi obtido com a venda de nenhuma rede fixa à PT; este défice também não foi obtido com nenhuma titularização dos créditos fiscais; nem foi conseguido com nenhuma transferência de um fundo de pensões para a Caixa Geral de Aposentações”, numa clara referência às medidas dos governos PSD/CDS.

E fez questão de sublinhar que “este défice é reportado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e resultado de uma mesa técnica em que estão representados o próprio INE, o Banco de Portugal e a Direcção Geral do Orçamento. Não é o Governo que reporta directamente ao Eurostat”.

Segundo Sócrates, com este

método de apuramento do défice e da dívida pública, o resultado é que “desde 2005 que o Eurostat não põe em causa as contas públicas nacionais, que são transparentes, sérias e consequência de um esforço técnico de credibilidade que não há memória no passado”.

“Se os partidos da direita acham que por artes mágicas conseguem fazer esquecer o passado, estão muito enganados, porque estão aqui, no Parlamento, os seus responsáveis. As pessoas lembram-se bem das suas caras”, acusou, desafiando depois o PSD e CDS a “reconhecerem que fracassaram na consolidação orçamental”.

No debate quinzenal de 28 de Março, cujo formato se desenvolveu a partir de perguntas formuladas pelos grupos parlamentares, o primeiro-ministro acusou ainda o PSD e CDS de não terem conseguido fazer a consolidação orçamental, “porque não tiveram a coragem para fazer as reformas que eram indispensáveis”.

**Acção Socialista**

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA  
Propriedade do Partido Socialista

[www.accaosocialista.net](http://www.accaosocialista.net)

■ **Director** Jorge Seguro Sanches ■ **Director-adjunto** Silvino Gomes da Silva ■ **Redacção** J.C. Castelo Branco [cbranco@ps.pt](mailto:cbranco@ps.pt), Mary Rodrigues [mary@ps.pt](mailto:mary@ps.pt), Rui Solano de Almeida [rsolano@ps.pt](mailto:rsolano@ps.pt) ■ **Secretariado** Virgínia Damas [virginia@ps.pt](mailto:virginia@ps.pt)  
■ **Layout e paginação** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista ■ **Edição Internet** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista e José Raimundo ■ **Redacção, Administração e Expedição** Partido Socialista, Largo do Rato 2, 1269-143Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 ■ **Depósito legal** N° 21339/88 ■ **ISSN** 0871-102X  
■ **Impressão** Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Quer receber o “Acção Socialista” em formato digital, no próprio dia? Envie-nos o seu e-mail em <http://webmail.ps.pt/listas/accaosocialistanahora.html>